

**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

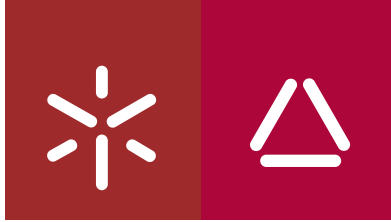
Abdel da Costa Fonseca Eusébio

**Turismo étnico/cultural e paisagístico:  
possibilidades e limites de turismo em  
comunidades rurais do Sul de Angola**

Abdel da Costa Fonseca Eusébio **Turismo étnico/cultural e paisagístico: possibilidades e limites de turismo em comunidades rurais do Sul de Angola**

UMinho | 2016

fevereiro de 2016



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Abdel da Costa Fonseca Eusébio

**Turismo étnico/cultural e paisagístico:  
possibilidades e limites de turismo em  
comunidades rurais do Sul de Angola**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Património e Turismo Cultural

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Professor Doutor Luís Manuel Jesus Cunha**

## **DECLARAÇÃO**

Nome: Abdel da Costa Fonseca Eusébio

Endereço eletrónico: [eusebioabdel@gmail.com](mailto:eusebioabdel@gmail.com) Telefone: 967115683

Número do Cartão de Cidadão: 15065248

Título da tese: Turismo étnico/cultural e paisagístico: possibilidades e limites de turismo em comunidades rurais do Sul de Angola

Orientador: Professor Doutor Luís Manuel Jesus Cunha

Ano de conclusão: 2016

Designação do Mestrado: Património e Turismo Cultural

1. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE ATAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura:\_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por me ter dado saúde e força para superar as dificuldades.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Ao meu orientador, Professor Doutor Luís Cunha pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

À prof<sup>a</sup>. Doutora Tchilissila Simões pelo paciente trabalho de revisão da redação.

À minha esposa e meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

## **RESUMO**

O presente estudo teve como objetivo identificar as percepções e expectativas dos habitantes/ residentes nas zonas rurais do Sul de Angola, no que tange a importância económica, cultural e ambiental do turismo, de modo a avaliar/ explorar a possibilidade de implementação de atividades de turismo étnico/cultural e paisagístico.

O território em estudo foi a província da Huíla, mais propriamente o município da Chibia e comuna do Jau onde foram entrevistados 13 elementos da comunidade local, de etnia Muila, recolhidos de uma amostra de conveniência,

Efetuei um levantamento dos locais de interesse turístico aos quais apliquei uma análise SWOT com o propósito de apresentar uma proposta de itinerário como projeto de desenvolvimento turístico no Município da Chibia (comuna do Jau). Os resultados apontam para um interesse generalizado na criação de projetos turísticos que beneficiem a população, porém há necessidade de um plano de desenvolvimento rigoroso e sensível dado que o itinerário envolve a visita aos autóctones.

Palavras-chave: Turismo, Turismo étnico, Turismo Cultural, Cultura;

## **ABSTRACT**

This study aimed to identify perceptions and expectations of the people / residents in rural areas of southern Angola, regarding the economic, cultural and environmental importance of tourism in order to assess / explore the possibility of implementing tourism activities ethnic / cultural and landscape.

The area under study was the province of Huila, more specifically the Chibia district and commune of Jau were interviewed 13 members of the local community of Muila ethnicity, collected from a convenience sample.

I make a survey of places of tourist interest which apply a SWOT analysis in order to propose a route as a tourist development project in the municipality of Chibia (Jau commune). The results point to a widespread interest in creating tourism projects that benefit the population, although it needs a rigorous and sensitive development plan as the itinerary involves visiting indigenous.

Keywords: Tourism, ethnic tourism, Cultural Tourism, Culture;

## Índice

Introdução .....	10
CAPÍTULO I - ABORDAGEM HISTÓRICO-CULTURAL DO TURISMO .....	12
1.1 Noção de cultura .....	12
1.2. Origem e evolução do turismo .....	15
1.3 Relação turismo, cultura, sociedade .....	16
1.3.1 Conceito de Turismo .....	16
1.3.2 Conceito de visitante, turista e excursionista .....	18
Notas conclusivas.....	19
CAPÍTULO II - TURISMO ÉTNICO/CULTURAL E PAISAGÍSTICO E DESENVOLVIMENTO LOCAL .....	21
2.1 Turismo de natureza: noções e principais características .....	21
2.2 Turismo étnico em zonas rurais .....	24
2.3 Turismo cultural .....	28
2.4 Turismo sustentável e desenvolvimento local .....	31
2.5 Consequências económicas e socioculturais do turismo étnico.....	33
Notas conclusivas.....	38
CAPÍTULO III – METODOLOGIA .....	40
4.1 Técnicas de investigação utilizadas .....	40
4.2 Temas e características dos entrevistados .....	43
Notas conclusivas.....	44
CAPÍTULO IV - CARATERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DA CHIBIA: O CASO DO QUIMBO DO SR. CAMBICI .....	45
4.1 Aspetos culturais, históricos e geográficos sobre a província .....	45
4.2 O grupo étnico-linguístico Nyaneka-Nkhumbi.....	48
4.3 O potencial cultural e social e seu impacto no turismo étnico .....	50
4.4. Manifestações culturais e modo de vida.....	52
4.5 Caracterização geral e enquadramento geográfico do Município da Chibia .....	54
4.6 Caracterização geral da comuna do Jau .....	56
4.7 Características do quimbo do Coordenador de bairro Sr.º Cambici .....	56
Notas conclusivas.....	58
CAPÍTULO V – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS .....	59
5.1 Local de interesse para o turista/visitante.....	59

5.2 Potencialidades turísticas da comuna .....	60
5.3 Opinião sobre receber visitantes .....	60
5.4 Benefício do turismo para a comuna .....	61
5.5 Preservação da cultura, atividades festivas e culturais na comuna .....	62
Notas conclusivas.....	63
CAPÍTULO VI – PROPOSTA DE ITENERÁRIO TURÍSTICO .....	64
6.1 Potencialidades turísticas da comuna .....	64
6.2 Análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) .....	66
6.3 Objetivos gerais e específicos do itinerário .....	69
6.4 Itinerário .....	70
6.4.1 Caraterização dos itinerários “Cascata da Hungueria”, “Quimbo do Sr. Cambici” e “Missão do Jau” .....	70
6.4.2 Itinerário proposto .....	71
6.5 Outros locais de interesse na Província da Huila.....	73
6.5.1 Fenda da Tundavala.....	73
6.5.2 Missão Católica de Caconda .....	74
6.5.3 Antiga Câmara Municipal do Lubango .....	74
6.5.4 Antiga estação do Caminhos de Ferro de Moçâmedes – Lubango.....	75
6.5.5 Edifício do Sr. Hamilton Lopes .....	75
Notas conclusivas.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
BIBLIOGRAFIA.....	80
Apêndice A - Fenda da Tundavala – Lubango.....	85
Apêndice B – Serra da Leba .....	86
Apêndice C – Cristo Rei - Lubango .....	86
Apêndice D – Oferta ao Rei da Embala.....	87
Apêndice E – Rapariga Muila.....	87



## **ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 1 – Mapa da Província da Huíla	50
Figura 2 – Mapa da Província da Huíla	60
Figura 3 – Jovem Muíla a soprar o Onquino	62
Figura 4 – Proposta de itinerário	79

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1- Identificação e cateterísticas dos entrevistados	47
Quadro 2 – Tópicos orientadores do <i>focus group</i>	47
Quadro 3 – Monumentos e sítios na Província da Huíla	55
Quadro 4 – Elementos artesanato encontrados no quimbo	62
Quadro 5 – Análise SWOT	72
Quadro 6 – Programa de visita etnocultural e paisagístico	77

## Introdução

A procura pelo *diferente, o autêntico e o exótico*, faz do Turismo étnico um mercado no setor do turismo que contrasta com a normal procura pelo conforto que o turismo tradicional oferece. Como refere Costa (2004) as relações inter-étnicas são o sustentáculo de toda a atividade turística, e no que concerne o turismo étnico, este diferencia-se de todas as outras relações inter-étnicas pois existe uma procura ativa do turista pelo “exotismo”.

No continente africano este tipo de turismo tem sido associado aos *safaris* no qual os encontros com os nativos são normalmente furtivos e nem sempre planeados. Tal como tem acontecido em outros países africanos, Angola está a viver um período marcado pelo “advento da modernidade”, que se caracteriza pela transformação sociocultural do país, consequente acesso à educação, tecnologia, urbanização, religiões de matriz ocidental e mudanças socioeconómicas. Porém é possível encontrar um nicho de comunidades que ainda preservam o tipo de vida “mais primitivo”, essencialmente rural, que sugerem *autenticidade* e que podem ser aproveitados para atrair visitantes/turistas desejosos de se confrontar com “exotismo étnico”.

É nesse contexto que a promoção do turismo étnico/cultural se torna deveras importante, para suscitar o desenvolvimento económico e social destas comunidades, ao mesmo tempo que promove a cultura, costumes, tradições e procura manter “vivo” o património intangível dos subgrupos étnicos que habitam na província. Deste modo, achamos pertinente abordar esta temática pois torna-se importante do ponto de vista teórico e prático, na medida em que poderá contribuir para o enriquecimento do debate sobre o Turismo étnico/cultural, a sua relação com a possibilidade de um crescimento económico diversificado e mais equilibrado, fundamental em países em desenvolvimento e decisivo para a preservação e valorização das culturas de comunidades rurais.

Assim, o presente estudo teve como objetivo geral avaliar/explorar a possibilidade de implementação de atividades de turismo étnico/cultural e paisagístico nas comunidades rurais do Sul de Angola, procurando perceber/identificar as perceções e expectativas dos habitantes/residentes locais sobre a importância económica, cultural e social do turismo

ético/cultural na região onde habitam. De modo a atingir os objetivos propostos, recorreremos à pesquisa bibliográfica, a observação e entrevistas de indivíduos, que por exercerem papéis / funções relevantes na comunidade em estudo, foram identificados como bons informantes. Também avaliamos, através de uma análise SWOT, a viabilidade da implementação de um itinerário turístico que beneficie a população.

Relativamente à estrutura deste trabalho, dividimo-lo em seis capítulos, com considerações finais no final de cada capítulo. Nos dois primeiros capítulos, intitulados respetivamente de *Abordagem histórico-cultural do turismo* (capítulo 1) e *Turismo étnico/cultural e paisagístico e desenvolvimento local* (capítulo 2), definimos os conceitos fundamentais para a compreensão da problemática i.e., os conceitos de Cultura, Turismo e Desenvolvimento local. Paralelamente aborda-se as consequências económicas, sociais e ambientais que a prática de um turismo dentro destas comunidades pode criar.

O terceiro capítulo, dedicado à Metodologia, explicamos de forma detalhada os procedimentos e técnicas utilizadas no processo de investigação. No que tange ao quarto capítulo, denominado *Caraterização e enquadramento geográfico do município da Chibia: o caso do quimbo do sr. Cambici*, fazemos o enquadramento geográfico do Município da Chibia e uma breve caraterização da comuna do Jau. Neste capítulo também são abordados os aspetos culturais e históricos da Província da Huila bem como os locais de interesse turísticos. No sexto capítulo designado por *Análise das entrevistas*, abordamos os temas gerados durante a entrevista e fazemos a respetiva discussão confrontando com o que dizem os teóricos sobre os mesmos temas. Por fim surge o sexto e último capítulo, intitulado de *Proposta de itinerário turístico*, que pretende ser uma proposta de um projeto de turismo que valorize a cultura e as tradições locais, de criação de emprego e rendimentos bem como de preservação do ambiente. Nas considerações finais tiramos as ilações e fazemos recomendações.

O turismo étnico,cultural e paisagístico em espaço rural é uma forma de os países em desenvolvimento diversificarem a sua economia e contribuírem para uma melhor distribuição de rendimentos. Desta forma a criação de projetos turísticos que envolvam as populações rurais pode beneficiar não só as comunidades mais recônditas como contribuir para alternativas para as economias dos países.

## **CAPÍTULO I - ABORDAGEM HISTÓRICO-CULTURAL DO TURISMO**

O conceito de cultura é múltiplo e tem o seu significado mais simples quando se afirma que cultura abrange todas as realizações materiais e os aspetos espirituais de um povo (Silva & Silva, 2006). Deste modo a Cultura torna-se uma ferramenta fundamental para que os indivíduos possam viver em sociedade, pois é através da cultura que o indivíduo se adapta ao meio social e natural em que vive e aprende a comunicar uns com os outros (Silva & Silva, 2006). Desta forma, surge o turismo cultural, que tem como finalidade mostrar aos visitantes/turistas modos de vida, construções e comportamentos diferentes que vão possibilitar o turista satisfazer os seus conhecimentos culturais.

Assim neste capítulo fazemos o enquadramento de dois principais conceitos desta investigação: Cultura e Turismo. Este será o ponto de partida para uma caminhada que tem como propósito perceber o que é Turismo; que especificidades o turismo possui e como se relaciona com a Cultura e Sociedade dos povos visitados.

Deste modo importa refletir sobre o conceito de “Cultura”, como se define e de que forma pode ser aproveitada em termos turísticos principalmente em países economicamente mais fracos. Em seguida, torna-se relevante refletir sobre a origem e evolução do turismo no mundo, pois como iremos ver mais a frente o turismo não evoluiu da mesma forma, como por exemplo no continente africano. Por fim, importa perceber como o turismo se relaciona com a Cultura e Sociedade. Para isso neste capítulo avançamos para uma conceituação de Turismo diferenciando visitante de turista e excursionista, pois isto vai permitir no futuro uma planificação de projetos turísticos mais bem conseguidos consoante o tipo de turismo e de turista pretendido.

### **1.1 Noção de cultura**

O termo Cultura é de difícil definição. O modo de observar e analisar o comportamento dos indivíduos tem-se modificado ao longo dos tempos e as diferentes perspetivas da sua abordagem complicam uma conceituação. Por cultura, entendemos, muitas vezes, aquilo que nos faz partilhar determinadas componentes, tais como: a língua, a religião, os hábitos de vida e as convenções. Mas, de modo geral, podemos dizer que possuímos cultura e é ela que nos diferencia dos animais.

Como refere Gomes (2005), a definição freudiana de “cultura” tende a ser um conjunto de regras formadas a partir da renúncia dos instintos animais. Trata-se pois de uma perspetiva na qual o ser humano é moldado a partir da sociedade onde é formatado e levado para longe dos aspetos mais primitivos do ser humano. Já Eagleton (2003) refere que esse processo de renúncia é duplo, pois o ser humano distancia-se tanto dos aspetos ligados ao naturalismo como do idealismo. Portanto, não somos fruto dos nossos instintos animais mas também não somos totalmente moldados pelos ideais que nos tentam incutir e a que chamamos “cultura”. Isto porque existe ainda no ser humano aspetos ligados a nossa própria biologia que, quando enraizados, moldam o nosso comportamento. O autor quer com isto dizer que “cultura” é uma construção social mas passa também pela natureza do próprio homem. Deste modo, as duas, naturalismo e idealismo, anulam-se mas também se completam, pois um homem só passa a adquirir cultura inserido num determinado contexto coletivo.

Também Akama e Sterry (2000) referem esta ligação entre o mundo físico e psicológico, enquadrando a cultura sob duas perspetivas psicológicas que se interligam. A perspetiva que traduz aquilo que as pessoas pensam (atitudes, crenças, ideias e valores) e aquilo que as pessoas fazem (modos de vida, obras de arte, etc.). Os autores referem, ainda, que “cultura” é um sistema organizado de conhecimentos e crenças que conduzem as nossas vidas. Também Reid (cit in Akama & Sterry, 2000:14) refere que “ a cultura é um produto da psicologia humana que tem manifestação no mundo físico (...)”.

Por outro lado, o termo cultura também tem servido para criar algumas inquietações a nível social. Assim podemos depreender da visão marxista de cultura. Segundo Gomes (2005), a cultura tende a dar uma falsa sensação de identidade e igualdade social. Isto porque Gomes (2005) considera existir povos economicamente mais fortes que utilizam esse facto para dominar e perpetuar o seu poderio económico sobre os economicamente inferiores. Deste modo, os economicamente mais fortes negam o direito a própria imagem e à consciência da situação real de povos explorados. Deduz-se das palavras do autor que “cultura” toma desta forma uma faceta no qual os povos mais desenvolvidos utilizam para dominar as classes menos desenvolvidas, realçando as diferenças culturais entre ambos. Assim, era retirada às classes mais desfavorecidas a identidade cultural, para mais facilmente os reprimir e explorar.

Por isso, muitas vezes ouvimos falar em resgate cultural e defesa da cultura. O que se pretende não é nada mais do que recuperar os valores perdidos. Esses danos culturais têm

causas diversas, tais como: as guerras, que provocam muitas perdas de vidas e refugiados; a escravidão e colonização, que durante muitos séculos privaram vários povos de manifestarem a sua identidade; a globalização, que, nos tempos modernos, se manifesta de diversas formas, moldando pensamentos e comportamentos; entre outros.

Também Eagleton (2003) assim o sugere quando refere que a cultura passa pela aprendizagem de um conjunto de normas que nos habilitam para a convivência política e social dentro de um determinado país. São estes princípios que cada indivíduo transporta dentro de si que faz de uma sociedade um ideal coletivo representativo de um estado.

Podemos perceber destas palavras que “cultura” tende a ser uma construção, e como tal serve de suporte ou base para criar boas ou más decisões políticas. Essas políticas vão justificar determinadas posturas dentro de uma sociedade. Assim, a cultura, legitima politicamente uma ocupação territorial de estados que não são completamente “civilizados”, pois não correspondem ao padrão cultural das sociedades mais fortes. Assim podemos perceber das palavras de Eagleton (2003), quando refere que logamos preparar uma sociedade para viver em harmonia política e social mas ao mesmo tempo negamos aos povos ditos inferiores culturalmente de autogovernarem-se até que estejam “civilizados” para o poderem fazer.

Porém como refere Ondimu (2000) não há povos “descivilizados” pois cultura é sinónimo de civilização e encontra a sua expressão nos valores dos povos, crenças e rituais, bem como nos artefactos e ferramentas. Podemos depreender das palavras deste autor que, quando colocamos os interesses políticos acima dos bons valores da ética e da cultura, estamos a anular os valores culturais de outros povos. Assim o refere Lordelo (2010), quando identifica o termo cultura como a transmissão de geração para geração de todos os valores, conhecimentos e comportamentos que unem ou identificam simbolicamente uma determinada população ou grupo social. Rompendo esta corrente simbólica estamos a quebrar valores socialmente transmitidos que apenas são modificados a partir de formas pré-existentes.

Isto significa que a cultura tem um grande poder em unir um povo, pois cria laços de identidade socialmente compreendidos e aceites. E embora seja um termo difícil de conceituar, concordamos com Pires (2004), quando alude ao alto grau de uniformidade ou diversidade que a cultura pode assumir entre os indivíduos. Também Said (cit in Eagleton, 2003:28-29) assim o sugere quando afirma “todas as culturas estão envolvidas umas com as outras; nenhuma é

isolada e pura, todas são híbridas, heterogêneas, extraordinariamente diferenciadas e não monolíticas.” Quer isto dizer que, sendo a cultura um sistema, i.e., um conjunto de ações e fenômenos sociais, pode gerar comportamentos distintos nos indivíduos quando inseridos em sistemas culturais diferentes. De acordo com Lordelo (2010), são os nossos atos ou comportamentos, independentes de qualquer ideia que possam ter sobre esses mesmos comportamentos, que vão definir-nos culturalmente, pois essas ações refletem as nossas vivências pelos ambientes, locais, ou situações experimentadas.

Por isso, concordamos que a cultura possa ter um alto grau de uniformidade como de diversidade, pois nos tempos modernos quem faz a cultura é o indivíduo com as suas escolhas, apesar de toda a pressão que possa sofrer do exterior, e quando explorado em termos turísticos deve-se ter em conta o lado da cultura ligada à história, principalmente nos países africanos respeitando aquilo que os povos visitados pensam e aquilo que fazem.

## **1.2. Origem e evolução do turismo**

O turismo não é uma atividade recente pois desde muito cedo acompanhou a evolução do próprio homem, não só na Europa, mas também nas Américas e em África, incluindo o nosso país, Angola.

Historicamente pode-se situar as atividades do turismo na idade antiga, com maior destaque na Grécia e em Roma. Não existe, no entanto, um consenso sobre o posicionamento do turismo na História, pois segundo Barreto (2006), as deslocações que hoje consideramos como turísticas já se faziam no século VII a.C. na Grécia onde os gregos se deslocavam para assistirem aos eventos da altura. Também as viagens dos Romanos e as trocas comerciais dos Fenícios podem ser incluídas como antecedentes do turismo.

Isto significa que a génese do turismo circunscreveu-se às viagens que faziam os nossos antepassados, quando se deslocavam de um local para outro, para assistirem a qualquer evento, quer de natureza recreativa, quer comercial e religiosa. Ressalte-se, no entanto, que na altura, essas movimentações, que mais tarde deram origem ao turismo, estavam desprovidas do aspeto comercial e, como tal, económico.

Foi com o *grand tour*, a partir dos finais do século XVII, que esta forma de vida ganhou mais importância. Neste período, o *gentleman* fazia deslocações com o propósito principal de desenvolvimento de contatos com outros povos, civilizações e culturas, para posteriormente ser



avaliado à admissão na Corte (Cunha, 2009). Contudo, este fenómeno, considerado por alguns autores como a origem dos movimentos turísticos, não passa de uma ideia simplista (Sampaio, 2013) pois como vimos anteriormente, o fenómeno turístico não é uma ação nova, que se possa, facilmente, atribuir uma determinada fase ou época. Ele remonta a uma antiguidade difícil de situar, onde as movimentações, com os propósitos distintos que hoje consideramos turísticos, já se faziam muito antes do *grand tour*.

Contudo, a Revolução Industrial e o surgimento de uma burguesia rica e com enorme vontade de viajar, contribuiu para o desenvolvimento do turismo no mundo. Isto, juntamente com Thomas Cook, organizador da primeira viagem turística, e da primeira agência de viagens, que com o fim da 2ª Guerra Mundial e a rápida ascensão económica facilitou a afirmação da atividade turística no mundo (Bernardo, 2013). No entanto, este crescimento não era globalizado pois em diversos locais a prática de turismo era impedida pelos fatores políticos, étnicos e pelas guerras, que impossibilitavam as pessoas de viajarem para fora dos seus países, regiões ou localidades (Dinh et al., 2011).

Isto faz com que África se situe entre os continentes menos visitados no mundo, sobretudo devido ao clima de insegurança política e social que se vive no continente e pelo legado colonial ruinoso, constantes guerras, fome e lideranças autocráticas (Bernardo, 2013; Dinh et al., 2011). Ainda assim, turisticamente, o continente africano é dominado por dois polos: o Norte e o Sul; onde figuram Marrocos e Tunísia a norte, e a República Sul Africana no outro polo (Bernardo, 2013).

Muitos países em desenvolvimento, incluindo os países africanos, olham para o turismo como a salvação para os problemas de dívida externa, mas, como refere Dieke (n.d) não calculam as riscos que esta atividade acarreta, pois o turismo é atividade económica que gera interação entre pessoas e exige serviços e infraestruturas que vão gerar oportunidades mas também desafios para os países de acolhimento (Dieke, n.d).

### **1.3 Relação turismo, cultura, sociedade**

#### **1.3.1 Conceito de Turismo**

O conceito de turismo não é de fácil definição, dificultado pelo seu carácter multidisciplinar e pelas diversas relações que estabelece (Cunha, 2009). É um fenómeno sociocultural, mas pode ser abordado por diversos pontos de vista e diferentes perspetivas

disciplinares (Pérez, 2009). Do ponto de vista económico, o turismo tende a ser toda atividade ou atividades económicas realizadas pelos visitantes, e durante a sua permanência no local (Cunha, 2009). Esta é uma definição diminuta e pouco esclarecedora, pois só aborda o lado da despesa. Não se refere ao contato com as pessoas visitadas nem as facilidades desenvolvidas para receber o turista.

Os autores modernos acrescentaram novos conceitos e ideias para obter uma definição mais completa de turismo, dentro de uma perspectiva mais geográfica e antropológica. Por exemplo, Hunziker e Krapf (cit in Cunha, 2009) definem turismo como o conjunto de relações e fenómenos que a deslocação e permanência num determinado local proporcionam. Essas deslocações são feitas para fora dos locais habituais de residência e são desprovidas de atividades lucrativas. De acordo com Pérez (2009) dentro da perspectiva antropológica, o turismo é percecionado como uma indústria de hospitalidade por promover encontros entre locais e visitantes, produtores e consumidores de bens turísticos. Nesta perspectiva, o carácter interativo que se estabelece potencia mudanças no estilo de vida e no meio ambiente de uma determinada região ou país.

Mathienson e Wall (cit in Cunha, 2009) contribuíram, também, para uma definição de turismo, acrescentando à definição de Hunziker e Krapf, (2009) a importância das facilidades criadas para satisfazer as necessidades dos turistas. Embora esta definição seja mais completa, não aborda o fator duração da permanência dos visitantes.

Devido à complexidade e a necessidade de consenso na definição de turismo, a OMT (Organização Mundial de Turismo) avançou com a seguinte definição de Turismo:

O conjunto das atividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, de negócios e outros. (Cunha, 2009:30)

No entanto, Cunha (2009) defende que esta definição não é a mais correta por privilegiar o lado da procura e não revelar a oferta. Deste modo, Cunha (cit in Nogueira, 2013:87) define Turismo como “o conjunto das atividades lícitas desenvolvidas por visitantes em razão das suas deslocações, as atrações e os meios que as originam, as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades e os fenómenos e relações resultantes de umas e de outras”. Enquanto Bernardo (2013:14-15) define Turismo como o “conjunto das atividades, interações e

relações temporárias entre turistas, residentes e mediadores (públicos e privados) estabelecidos em resposta às necessidades e desejos dos turistas e seus resultados no espaço recetor e emissor”.

Do ponto de vista sociológico, os encontros entre visitantes e visitados tendem a ser transitórios, assimétricos e sem repetição (Barretto, 2004). Isto quer dizer que na relação entre o turismo e a sociedade recetora não há necessariamente aproximação nem aprofundamento de laços culturais e de amizade como referia Hunziker e Krippendorf (Barretto 2004) quando aludia à unificação entre homens pela prática do turismo, mas sim uma relação comercial onde a procura por melhores condições financeiras, faz com que a comunidade recetora, principalmente dos países menos desenvolvidos, aumentem as suas expetativas sobre o turismo.

É o que se pode concluir das afirmações de Doxey (cit in Barretto, 2004) quando refere que os povos visitados primeiramente sentem euforia à presença de turistas, depois apatia e tédio e por fim antagonismo, tornando a relação superficial e efémera. Também Barretto (2004) assim o refere reforçando que no contato entre turista e visitado apenas há interesse em receber o dinheiro trazido pelos turistas enquanto os turistas esperam satisfazer as suas curiosidades deixando de lado o reforço cultural. A autora refere que para os visitados a presença dos turistas torna-se um mal necessário. No estudo feito por Wanjohi (Akama & Sterry, 2000), o autor observou vários impactos socioculturais negativos do turismo na cultura Maasai, afirmando que apesar dos impactos económicos positivos, houve uma destruição da cultura a vários níveis.

Desta forma podemos concluir que a relação turismo, cultura e sociedade tende a ser mais profissional à medida que ambos, visitantes e turistas, se vão profissionalizando (Barretto, 2004).

### **1.3.2 Conceito de visitante, turista e excursionista**

Visto a complexidade de definição do conceito de turismo importa agora refletir sobre o conceito de visitante, turista e excursionista. De acordo com Bernardo (2013) em 1937 a SDN (Sociedades das Nações) aplicava o termo turista às pessoas que viajavam para um país diferente do seu durante pelo menos vinte e quatro horas, porém estes viajantes não podiam ser comparados a turistas, pois segundo Cunha (cit in Bernardo, 2013:9) o termo viajante refere-se “(...) toda a pessoa que viaja entre dois ou mais locais, qualquer que seja o modo ou o meio da sua deslocação”, assim convinha diferenciar aqueles que viajavam em turismo dos restantes.

Em 1963 numa conferência realizada em Roma pelas Nações Unidas, introduziu-se a palavra Visitante que, de acordo com Cunha (cit in Fernandes & Cepeda, 2000:3), é “qualquer pessoa que se desloque a um país, diferente daquele onde tem a sua residência habitual, desde que aí não exerça uma profissão remunerada”. Inserem-se neste grupo os turistas e excursionistas (Bernardo, 2013). Por sua vez, os não visitantes são aqueles passageiros em trânsito, refugiados e diplomatas.

Já o termo turista se refere aos visitantes que permanecem pelo menos vinte e quatro horas no país visitado e cujo propósito da visita é prazer, negócios, família, congressos ou seminários. Por sua vez os excursionistas são visitantes temporários que permanecem no país visitado menos de vinte quatro horas.

### **Notas conclusivas**

Este capítulo foi importante para perceber como o turismo evoluiu desde a sua origem até aos tempos modernos. Nesta parte do nosso estudo, percebemos que a atividade turística já se pratica há muitos anos embora com outros contornos tendo evoluído mais no Ocidente, e menos no continente africano devido ao constante clima de conflitos e de insegurança.

Partindo da definição do que é o turismo podemos perceber a dificuldade da própria definição, pois é um conceito que envolve várias disciplinas. Porém do ponto de vista sociológico pudemos perceber que o turismo estabelece relações com a sociedade que nem sempre são as mais procuradas mas que a nível económico por vezes pode beneficiar as comunidades recetoras.

Concluimos que o turismo provoca alterações tanto na economia como no comportamento das comunidades recetoras. No que se refere aos visitantes também pode alterar comportamentos reforçando estereótipos. De salientar que o mais importante para a comunidade recetora são os lucros financeiros que a vinda de turistas pode trazer, em detrimento das trocas culturais que o turismo estabelece. Desta forma terminamos o capítulo com o conceito de visitante, turista e excursionista essencial para uma futura planificação de projetos turísticos.

Podemos então concluir que os países africanos podem explorar os elementos culturais para atrair visitantes juntamente com os recursos paisagísticos existentes. Porém, deve-se

proteger as comunidades recetoras de forma a controlar possíveis danos culturais, ambientais e sociais das regiões visitadas.

## **CAPÍTULO II - TURISMO ÉTNICO/CULTURAL E PAISAGÍSTICO E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

O capítulo II está subdividido em cinco *ítems*. Em cada *ítem* definimos os conceitos fundamentais para a compreensão do nosso trabalho de pesquisa.

Deste modo partimos da definição de turismo de natureza e das principais características deste tipo de turismo. No segundo *ítem* abordamos o turismo étnico em espaços rurais. Partimos de uma definição de turismo étnico estabelecendo uma definição daquilo que se entende por espaço rural. Também nos referimos aos impactos socioeconómicos que esta prática estabelece nas comunidades recetoras tendo sempre exemplos de países onde já se pratica este tipo de turismo.

Já o terceiro *ítem* refere-se ao turismo cultural. Definimos o que é turismo cultural, e como este tipo de turismo pode ser aproveitado pelos países africanos de forma a atrair turistas e diversificar o tipo de turismo que maioritariamente já se pratica em África, os *safaris* e turismo de Natureza.

No quarto *ítem* abordamos o turismo sustentável e desenvolvimento local. Aqui definimos estes dois conceitos e tentamos perceber como as comunidades podem beneficiar de um turismo que se preocupe com o meio ambiente e contribua para o desenvolvimento local das comunidades recetoras.

Por fim no último *ítem* abordamos as consequências económicas e socioculturais do turismo étnico em espaços rurais. Neste item abordamos exemplos de turismo étnico em países como Brasil e Quênia.

### **2.1 Turismo de natureza: noções e principais características**

A província da Huíla e o sul de Angola possuem um vasto leque de Recursos Naturais que poderão contribuir para atrair turistas. De facto nos países africanos, principalmente no leste e sul de África, o desenvolvimento do turismo baseia-se em safaris, vida selvagem e turismo de praia. Conforme refere Musasa (2013) as paisagens selvagens de África representam uma vantagem em relação às paisagens domesticadas da Europa.

Porém, também importa que outros recursos sejam explorados, como as montanhas, grutas e cascatas que despertam o desejo pela evasão urbana fazendo com que outros atrativos sejam cada vez mais importantes no turismo em África. Estes vão servir de alternativa às praias

lotadas e aos centros urbanos e vão motivar os potenciais turistas a se deslocarem a determinados locais, para aí apreciarem e usufruírem desses lugares. É neste contexto que surge o Turismo de Natureza e os outros tipos de turismo que, de uma maneira ou de outra, estão em comunhão com a natureza.

Para Cunha (2009) o Turismo de Natureza manifesta-se de duas maneiras diferentes: através do turismo ambiental e do turismo ecológico. O primeiro envolve os vários aspetos da terra, mar e céu, isto dentro do seu estado de pureza; por sua vez, o turismo ecológico ou ecoturismo inclui as viagens para as áreas naturais, com o fim de observar e compreender a natureza e história natural do ambiente. Neste tipo de turismo há o cuidado de manter a integridade do ecossistema. Podemos deduzir destas palavras que o turismo ambiental está mais ligado aos aspetos ligados às atividades desenvolvidas ao ar livre, enquanto o turismo ecológico é mais para contemplação, uma vez que, os turistas se deslocam motivados, principalmente, em entender e observar a natureza.

Apesar destes dois modos de manifestação do turismo, para alguns autores, todas essas atividades turísticas estão ligadas entre si. Porém, outros assumem uma distinção consoante a sua natureza. Deste modo a Resolução do Conselho de Ministros (Portugal) n° 112/98 de 25 de agosto (André, 2012:61) definiu turismo de natureza como:

Prática integrada de atividades diversificadas, que vão desde o usufruto da natureza através de um processo que passa pela prática de caminhadas, escalada, espeleologia, orientação, passeios de bicicleta ou a cavalo, atividades subaquáticas, entre outros, ao contacto com o ambiente rural e culturas locais, através da gastronomia e manifestações etnográficas, rotas temáticas, nomeadamente históricas arqueológicas e/ou gastronómicas, e a estada em casas tradicionais.

Para André (2012:60) o turismo de natureza assenta o seu desenvolvimento em quatro vetores estratégicos:

- Conservação da natureza;
- Desenvolvimento local;
- Diversificação da oferta turística; e
- Qualidade da oferta turística.

Podemos deduzir das palavras do autor, que o turismo de natureza favorece a prática de um turismo sustentável, pois preocupa-se com a natureza. Este tipo de atividade vai muito ao encontro de um outro tipo de turismo, o ecoturismo, que, para alguns autores, é uma vertente do turismo de natureza. Segundo a *Ecotourism Society* (André, 2012:57) podemos entender por Ecoturismo “um turismo praticado em espaços pouco ou nada perturbados pelo homem e que deve contribuir para a proteção da natureza e bem-estar das populações locais.”

Assim, como o turismo de natureza, também o ecoturismo tem como base a manutenção do equilíbrio ambiental e o incentivo pela conservação da natureza. Pois como refere André (2012:57) o Ecoturismo: “É um segmento que utiliza de forma sustentável o património natural e cultural, incentiva a sua conservação e procura a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”.

Deste modo, tanto o turismo de natureza como o ecoturismo, que têm em comum o contacto com a natureza, proteção do meio ambiente e a promoção do bem-estar das populações, também o Turismo de Aventura surge como uma alternativa aos tipos de turismo mais vulgares. Quando inseridos na natureza podem contribuir para a manutenção de uma mentalidade ambientalista. Esta forma de turismo para alguns autores insere-se na tipologia de turismo de aventura e/ou desportivo. Para André (2012), o aspeto mais distinto neste tipo de turismo é o fator aventura e entretenimento em risco mais ou menos controlado. Deste modo, podemos considerar como Turismo de Aventura, aquele cuja principal motivação tende a ser a exploração dos nossos limites em ambientes controlados. No entanto, concordamos com André (2012), quando o autor tende a associar o segmento de turismo de aventura ao turismo de natureza e desportivo, pois não é possível estabelecer um limite ao não ser o do risco que caracteriza o turismo de aventura.

Tal como o Turismo Rural, que de modo geral quer dizer turismo que tem lugar no campo, também os restantes tipos de turismo de contato com a natureza se podem interligar. Segundo André (2012) o turismo rural é um segmento do turismo que se baseia num estilo de vida rural com atividades diversas. Entre essa diversidade de entretenimentos incluem-se os desportos aquáticos, passeios pela natureza, visitas a parques nacionais e passeios em zonas rurais. Para André (2012), esta definição pode levar para uma zona de conflito pois está numa linha de desacordo entre outros tipos de turismo como o desportivo; de natureza ou de aventura.



Concordamos com o autor, porém, apesar de estarem numa zona de conflito podem partilhar aspetos que os unam, tornando o turismo de natureza num conjunto de diferentes tipologias de turismo que se podem combinar. Para Cunha (2009) cada tipo de turismo possui a sua própria escala de valores e origina correntes turísticas próprias. Porém o autor também refere que dois ou mais tipos de turismo podem combinar-se na mesma viagem explicando que não existem barreiras ou separações entre os diversos tipos de turismo e muitos deles coexistem no mesmo destino.

Podemos perceber das palavras do autor, que o turismo rural e turismo que tem lugar na natureza ou no campo, tendem a ser tipos de turismo que têm vertentes próprias mas que podem combinar-se, dando origem a diferentes tipologias de turismo. Quando praticados em harmonia com o meio ambiente, podem contribuir para um ambiente equilibrado e sustentável, assim como favorecer o desenvolvimento das comunidades locais, apesar dos propósitos das visitas poderem ser específicos para cada visitante ou turista.

## **2.2 Turismo étnico em zonas rurais**

Historicamente, a palavra etnia significa “gentio”, proveniente do adjetivo grego *ethnikos*. O adjetivo deriva do substantivo *ethnos* que significa gente ou nação estrangeira. Etnia é um conceito polivalente que constrói a identidade de um indivíduo com base no seu parentesco, religião, língua, território compartilhado e nacionalidade, além da aparência física (Santos, 2010).

Por etnia, segundo a ONU, (Pinho & Sansone, 2008:27), entende:

O conjunto de fatores de natureza sociocultural que sejam causa eficiente de uso por cada pessoa, tanto do processo de constituição de suas afinidades eletivas para com outras pessoas portadoras de hábitos, crenças e valores semelhantes, com o de sua caracterização coletiva distinta perante aos demais membros da sociedade.

Podemos perceber destas palavras que o conceito de etnia está mais ligado aos hábitos culturais do que propriamente aos traços físicos. Por isso, no momento da colonização, muitos grupos étnicos entraram em conflito devido ao colono juntar diferentes etnias que partilhavam hábitos diferentes. Isto percebe-se das palavras de Riviere (1995, p.13), no que concerne ao conceito de etnia. Para o autor entende-se por etnia:

Uma população que adota um etnónimo e que reclama uma mesma origem, possuindo uma tradição cultural comum, especificada por uma consciência de

pertença a um grupo, cuja unidade se apoia em geral numa língua, numa história e num território idêntico.

Assim, no tempo colonial, como se juntavam várias etnias num mesmo espaço, a classificação das mesmas não seria a mais correta pois iriam compreender várias culturas diferentes, pois tratava-se de “grupos étnicos” diferentes.

Segundo Cabecinhas (2010), o termo “grupo étnico” foi promovido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), nas décadas de cinquenta e sessenta, através de vastas investigações interdisciplinares sobre a questão racial. Este termo tem sido empregue para se referir a grupos sociais minoritários, que são percebidos e classificados em função da sua diferenciação cultural. Já Barth (cit in Villar, 2004:172) considera que “Os grupos étnicos são categorias adscritivas e de identificação, que são utilizadas pelos próprios atores e têm, portanto, a característica de organizar a interação entre os indivíduos.” Para Barth (cit in Villar 2004), os grupos étnicos estabelecem-se pela interação social e não pelo afastamento. Os grupos étnicos organizam-se limitando as suas fronteiras, consoante a maior ou menor interação social.

Deste modo, o turismo étnico surge como uma resposta às motivações e desejos de conhecer outros povos e hábitos diferentes. São estas particularidades, que não se encontram em mais nenhum lugar ou povoação que vão motivar uma deslocação.

Em Angola existem grupos étnicos que, pelas suas características e especificidades, podem suscitar curiosidade e interesse cultural a quem os visita. Isto faz de Angola um destino de eleição para observar aspetos culturais tais como: as danças, que cativam pela sua expressividade ritmo e cor; os adereços, que transmitem também uma mensagem e *status* dentro da comunidade; entre outros rituais de interesse.

Deste modo, podemos considerar o turismo étnico como o tipo de turismo que tem como finalidade visitar povos que possuem modos de vida diferentes. Assim será possível observar os seus hábitos e costumes culturais. Para os autores Smith, et al. (cit in Cunha, 2009), o turismo étnico, tende a ser, de certo modo, estabelecido dessa maneira pois é constituído pelas viagens que têm como finalidade observar de perto os hábitos culturais e modo de vida locais. Incluem-se as visitas às casas dos nativos, observação das danças e cerimónias

ou até rituais religiosos. O autor salienta que os povos visitados tendem a ser “exóticos” i.e., povos que pelas suas características fogem ao padrão da sociedade.

Porém, outros autores não consideram o turismo étnico como pertencendo a uma categoria isolada, pois ele estaria incluído no turismo cultural. Segundo Cunha (2009), as motivações que originam a procura do turismo étnico estão incluídas no conceito tradicional da definição de turismo cultural. Para o autor, o turismo étnico tende a ser algo mais intimista ou até familiar onde se pode enquadrar as viagens que os emigrantes fazem com o objetivo de visitar os familiares no seu país de origem.

Viagens realizadas para visitar amigos e parentes (*visiting friends and relatives*) para participar na vida comum com as populações locais ou para visitar os locais de origem (o berço familiar). Inclui-se neste tipo de turismo as viagens realizadas no país de origem pelos naturais de um país, seus descendentes ou afins residentes no estrangeiro. (Cunha, 2009:49-50)

Para o autor reserva-se o termo “turismo étnico” para os indivíduos, familiares ou naturais de um país, que visitam os seus parentes ou o seu local de origem. Discordamos desta opinião, pois como refere Costa (2004), no turismo étnico o nativo é o elemento principal e o motivo de atração local pois integra o espetáculo exótico com os seus adereços e artefactos. Por vezes muda propositadamente o seu comportamento para melhorar a sua atração e beneficiar materialmente a partir dessa *performance*.

Como estas populações maioritariamente vivem em zonas rurais, podemos considerar que os seus hábitos culturais e tradições podem motivar uma visita. Deste modo o turismo étnico poderá enquadrar-se dentro do Turismo em espaço rural. Como refere Cunha (2009) o Turismo em Espaço Rural (TER) caracteriza-se por localizar-se em zonas rurais. Utiliza os fatores naturais, culturais, e preserva os valores rurais recusando o carácter urbano das construções ou equipamentos que são exigidos pela frequência turística. A preservação da natureza e da paisagem, a manutenção da arquitetura típica local e convivência com a cultura e tradições próprias do ruralismo, constituem os objetivos fundamentais do turismo em espaço rural.

Quer isto dizer que o turismo étnico pode inserir-se no turismo em espaço rural, pois normalmente situa-se em espaços rurais pouco ou nada explorados. De acordo com Musasa (2013) na África do Sul qualquer tipo de turismo praticado em espaço rural é considerado turismo rural. Por outro lado Musasa (2013) afirma que as zonas rurais onde acontece o turismo

rural são difíceis de definir e os critérios utilizados para os delimitar diferem de país para país. Também considera que nem todo o turismo que acontece em áreas rurais são estritamente rurais pois podem ter uma forma urbana e apenas se localizar em espaço rural. Por fim acrescenta que diferentes formas de turismo rural desenvolvem-se em diferentes regiões e que apesar do abandono das Zonas Rurais em alguns casos há o retorno de pessoas para novos negócios ou aposentamento. Deste modo importa definir o que se considera espaço rural. Assim Holland et al. (2003) considera Espaço Rural aquele que apresenta as seguintes características:

- Espaços onde o registo humano e infraestrutura ocupam apenas pequenas manchas da paisagem. A maioria dos quais é dominada por campos e pastos, bosques e florestas, água, montanha e deserto, lugares onde a maioria das pessoas passam a maior parte de seu tempo a trabalhar em fazendas;
- Abundância e baixo preço relativo de terra;
- Custos de transação elevados, associados à longa distância e infraestrutura deficiente;
- Condições geográficas que aumentam os custos de transações políticas e ampliam a possibilidade de captura da elite urbana.

Deste modo concordamos com Martins (2012:59-60) quando refere que “o turismo rural é uma atividade multifacetada composta não só pelas atividades turísticas em explorações agrícolas, mas compreende as férias na natureza e o ecoturismo, o pedestrianismo, a escalada, o turismo ativo, a caça e a pesca, as viagens educacionais, o turismo cultural e, em alguns casos, o turismo étnico”.

Assim o turismo étnico em espaço rural pode beneficiar de um conjunto de atividades e serviços que contribuem para o desenvolvimento económico e social das populações. De acordo com o “Guia oficial” da direção de turismo de Portugal, o “Turismo Rural consiste num conjunto de atividades e serviços realizados e prestados mediante renumeração, em zonas rurais, segundo diversas modalidades de hospedagem de atividades e serviços complementares de animação e diversão turística tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural” (Ribeiro et al 2001:4).

Deste modo o turismo rural é reconhecido pelo mundo como uma atividade que contribui para o desenvolvimento económico e social sendo mesmo considerado um apoio importante para o meio de subsistência da população rural (Mussa, 2014). O turismo rural contribui para reduzir a pobreza e conservar a diversidade cultural das comunidades indígenas

(Mussa, 2014) sendo visto pelos países desenvolvidos como uma forma de regenerar a economia rural e nos países subdesenvolvidos uma forma de diversificação da economia podendo reduzir a pobreza e abandono das terras (Mussa, 2014). Porém como referem alguns autores o risco de transformar os destinos em “produtos étnicos” é considerável, assim como o risco do consumo excessivo da natureza e dos usos do lugar o que pode provocar trocas culturais e distribuição desigual de rendimento (Hallack et al., 2011).

Importa também referir o que denomina Pratt (cit in Padilla & Azevedo, 2012:48) de “espaço de contato” no qual “culturas diferentes se encontram, chocam e lutam entre si, muitas vezes em relações assimétricas de dominação e subordinação como o colonialismo, a escravatura, ou as consequências, vividas atualmente no mundo”. Num estudo sobre o turismo em terras dos Maasai constatou-se que o controlo excessivo de operadores turísticos e agentes de viagens fazem com que os Maasai sejam apresentados no exterior como “povos selvagens” e exóticos, e isto satisfaz as curiosidades dos turistas ocidentais (Sinclair & Akama, 2000).

Por outro lado a OMT (Cardozo, 2006:145) considera que “o turista que busca a etnicidade como motivação para as viagens, pode fazê-lo como forma de comparação e/ou de compreensão social, mediante a observação de outros modos de vida. Por sua vez, os nativos, por vezes servem-se do turismo para construir as suas representações culturais”. Também Chambers (cit in Cardozo, 2006:145) assim o refere dizendo que “existem ocasiões em que as minorias étnicas têm conduzido o uso do turismo para afirmar a sua identidade própria e diferenciar-se da imagem nacional”.

Deste modo, podemos concluir das palavras do autor, que o turismo cultural concentra-se mais sobre os artefactos (ruínas, construções, pinturas, etc.) e menos nos nativos que, por vezes, recriam-se para cativar a atenção de quem os visita. As visitas aos nativos serão específicas do turismo étnico, independentemente de quem os visita. Quando inseridos em espaços rurais podem ser considerados como uma das vertentes deste tipo de turismo.

### **2.3 Turismo cultural**

Como vimos anteriormente, o turismo não é uma atividade recente. O modo de viajar tem vindo a modificar-se assim como as motivações que levam à viagem. É essa variedade de razões que vai especificar o tipo de turismo praticado. Assim, temos diferentes fatores de motivação que se vão relacionar com as características do destino estabelecendo, deste modo, uma ponte que leva o indivíduo a alcançar o objetivo.

Desta forma, o turismo cultural surge da vontade de o indivíduo satisfazer as suas necessidades intelectuais. Assim podemos compreender da definição da OMT.

Movimento de pessoas que pretendem satisfazer as suas necessidades pela diversidade elevando o seu nível cultural através da assimilação de novos conhecimentos, da prática de diferentes experiências e do desenvolvimento de novos encontros. (Valadares, 2013:31)

Trata-se de uma definição que corrobora com as dos demais cientistas e investigadores da área do turismo. Contudo, diversos autores colocam como principal motivação a visualização de monumentos e patrimónios construídos. Mas por outro lado, outros autores focam diferentes aspetos motivacionais que se inserem na procura do turismo cultural. Por exemplo, Cunha (2009), na descrição de turismo Cultural, inclui neste tipo de viagens, o desejo de ver coisas novas, interagir com outros povos que possuam hábitos e costumes particulares, e, deste modo, satisfazer as necessidades espirituais. Aqui o autor alarga o conceito de cultura ao modo de vida dos povos visitados, aos seus hábitos e mitos locais. Dá-se uma importância maior a estes aspetos, e não só aos monumentos e patrimónios construídos.

Segundo Marujo et al (2013), o turismo cultural não se limita aos recursos culturais construídos pois também podemos incluir nele os mitos e lendas do passado, os estilos de vida, as práticas habituais e quotidianas e as atividades que sobreviveram, se adaptaram ou se reinventaram. São estes elementos culturais que diferenciam a indústria do turismo na Europa e África. De acordo com Richards (2000) enquanto na Europa a indústria do turismo caracteriza-se pelos monumentos e herança cultural edificada, em África são as “culturas vivas” como danças e trajes que representam, em grande parte, a herança cultural africana.

De acordo com Cabral (2009) a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural adotada em 1972 considerava apenas por património cultural os monumentos, os conjuntos e os locais de interesse. A partir de 1992, as paisagens culturais também foram consideradas. Apenas os aspetos intangíveis não podiam ser invocados como critério de inscrição na Lista do Património Mundial. Em 1973 a Missão Permanente da Bolívia propôs junto da UNESCO, a adição de um protocolo à Convenção Universal sobre Direito de Autor com vista à proteção do folclore (Cabral, 2009). Apesar de a proposta não ter sido adotada, resultou numa maior tomada de consciência dos aspetos imateriais do património

cultural, e alertou para esta lacuna na Convenção do Património Mundial. De acordo com a UNESCO o património cultural imaterial significa:

as práticas, as representações o conhecimento, as competências assim como os instrumentos, os objetos, os artefactos e os espaços sociais associados – que as comunidades, os grupos e nalguns casos, os indivíduos reconhecem como parte do seu património cultural. Este PCI transmitido de geração em geração é constantemente recriado pelas comunidades e pelos grupos em resposta ao seu ambiente, à sua história, e fornece-lhes um sentido de identidade e continuidade, assim promovendo o respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana (Duarte, 2010:46).

Quer isto dizer que as danças, os instrumentos, os artefactos, entre outros podem ser vistos como património imaterial, e como tal serem aproveitados para enriquecer o património cultural dos povos africanos, diferenciando-se do Património material do ocidente que é muito mais rico e vasto.

O autor realça também, a importância de educar os turistas envolvendo-os na cultura local de modo a evitar intrusões destrutivas. Também alerta para a importância de África criar narrativas ligadas a lugares específicos e atrações distintas das atrações físicas Europeias. Isto porque, conforme diz o autor, os museus e obras construídas são fáceis de replicar porém as narrativas específicas de um povo não.

No estudo efetuado por Grünewald (cit in Barretto, 2004) sobre os índios Pataxó, o autor verificou que os mesmos afirmavam a sua identidade de "índios turísticos" perante os visitantes, relacionando-se com eles profissionalmente. Grünewald refere que os Índios Pataxó fabricam um artesanato para exportação que segundo o autor não perde autenticidade, embora respeitem em certos aspetos os gostos europeus. Ao mesmo tempo, os Índios preservam os espaços sagrados da cultura mediante a figura do "pajé para turistas", com o qual evitam que o verdadeiro "pajé" seja transformado em atrativo turístico.

Sob o ponto de vista africano, Akama e Sterry (2000) consideram que o desenvolvimento do turismo cultural em África deve ter em consideração as duas perspetivas da cultura i.e., “aquilo que as pessoas pensam” e “aquilo que as pessoas fazem” pois como refere Akama e Sterry (2000) no que tange ao turismo, a cultura africana está ligada à “cultura de vida” dos povos africanos que têm expressão nas diversas *performances* tradicionais. O mesmo autor

refere que há duas tipologias culturais que caracterizam os povos Africanos: a cultura como histórico, que está ligado à exibição de trajes, alimentação, arte e dança. Turisticamente é aquilo que o visitante espera ver. E a cultura emancipatória, aquela que nasce em oposição ao colonialismo e que precisa ser entendida como cultura de rompimento ou deslocamento (Akama & Sterry, 2000). Ondimu (2000) também acrescenta que, “cultura” em termos de grupo étnico engloba a linguagem como aspeto mais importante, as características e tradições comuns, não tendo que necessariamente pertencer a um território ou estar sob uma autoridade central comum.

Deste modo podemos concluir que as definições propostas para turismo cultural revelam dois elementos fundamentais para a sua realização: as edificações e os hábitos dos povos visitados. No que concerne ao turismo cultural em África deve-se valorizar também, o património imaterial que tem sua expressão nos hábitos e costumes dos seus povos, pois como refere Richards (2000) a nível mundial o turismo étnico cultural principalmente em África destaca-se por possuir atrações culturais únicas.

## **2.4 Turismo sustentável e desenvolvimento local**

O desenvolvimento sustentável é um modelo de crescimento que visa proteger o ambiente no sector do desenvolvimento económico (Oliveira & Manso, 2010). Destaca-se da afirmação do autor, que o desenvolvimento sustentável faz parte de uma proteção ambiental. É deste modo que surge o turismo sustentável onde a preocupação com o meio envolvente e com o desenvolvimento das populações locais é uma constante.

Assim se pode depreender das palavras de Burnay (cit in Oliveira & Manso, 2010:244) onde o autor refere que “o conceito de desenvolvimento sustentável estende-se ao de turismo sustentável e esta atividade passa a ser encarada como um instrumento também de desenvolvimento para as populações locais e para a conservação da natureza.”

Rodrigues (2013) considera que o processo de desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras. Por seu lado Taylor e Banda-Thole (2013) acrescentam que turismo sustentável é aquele que regenera os recursos naturais e reconhece o contributo dos locais na experiência do turismo, pois o desenvolvimento do turismo rural leva a um aumento na capacidade da população rural em controlar o seu ambiente. Os autores apontam as políticas



globais sobre o desenvolvimento do turismo aprovadas em 1997 pelo governo da Zâmbia, que envolviam:

- Incentivo a participação do setor privado no turismo;
- Garantia que o desenvolvimento do turismo fosse ambientalmente sustentável;
- Incentivo a diversificação do produto turístico;
- Fornecimento de incentivos ao investimento no turismo;
- Incentivo a participação da comunidade rural.

Trata-se de uma visão positiva, que tenta compreender a necessidade da diversificação da economia. Essa diversificação vai ajudar na redução das assimetrias entre os centros urbanos e os meios rurais, pois um desenvolvimento sustentável deve favorecer, igualmente, o crescimento das regiões mais campestres. É deste modo que o turismo sustentável, em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, pode ser beneficiado com o aumento económico e equilibrado de um país.

Em Angola, um dos países do continente africano com grande potencial turístico, o grande motor da economia continua ser a indústria extrativa sendo a agricultura o setor mais afetado (Sarmiento, nd). Isto mostra que nas comunidades rurais, que vivem maioritariamente da agricultura, há necessidade de rendimentos extras para auxiliar os seus meios de subsistência. Porém, apesar de existirem diversos recursos naturais e arquitetónicos por explorar turisticamente, entre eles a arte popular e as tradições locais, ainda há um longo caminho a percorrer no sentido do crescimento económico diversificado.

Segundo a OMT podemos perceber que a prática dum turismo sustentável favorece o equilíbrio e oportunidades de desenvolvimento de certas regiões.

O desenvolvimento do turismo sustentável é propiciador do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável do turismo é um meio para diminuir as assimetrias regionais existentes entre os países e no interior dos países, na medida em que este vai ao encontro das necessidades das regiões turísticas, já que protege e aumenta as oportunidades de desenvolvimento dessas mesmas regiões. (OMT, Oliveira & Manso 2010:239-240)

Esta é uma perspetiva que tem como objetivo proteger as regiões menos favorecidas. Para esse efeito, a OMT orientou algumas diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo, onde as práticas de gestão se aplicam a todas as formas de turismo. A OMT (Oliveira & Manso 2010:239-240) referiu as seguintes instruções:

- Otimizar-se o uso dos recursos ambientais, mantendo-se os processos ecológicos essenciais;
- Ajudar a conservar os recursos naturais e a biodiversidade biológica;
- Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades recetoras, conservar as suas culturas arquitetónicas e seus valores tradicionais; e
- Assegurar atividades viáveis a longo prazo, que reportem benefícios socioeconómicos a todos os agentes.

Com estas diretrizes, a OMT espera rentabilizar os recursos naturais preservando as culturas autênticas, sem comprometer as futuras gerações. O turismo sustentável é assim um meio adequado para um desenvolvimento local equilibrado de uma região ou país e deve ser implementado em projetos de desenvolvimento relacionados com o turismo que promovam o crescimento económico salvaguardando todos os recursos naturais, ambientais e arquitetónicos para as gerações futuras.

## **2.5 Consequências económicas e socioculturais do turismo étnico**

O modo como o turismo é planeado vai definir o sucesso ou insucesso do mesmo. Isso vai permitir reduzir os efeitos negativos desta prática nas relações que estabelece. Como refere Mauro (2007) no turismo, especialmente no de natureza, os aspetos ligados à biodiversidade podem ser prejudicados quando os recursos naturais e ambientais são negligenciados. Deste modo todo o potencial turístico duma região pode ser perdido. Assim um planeamento bem estruturado é fundamental para o sucesso do turismo em zonas mais delicadas que envolvam a natureza, os povos e as suas tradições locais.

O TER (Turismo Em Espaço Rural) é visto pela maioria dos países, em via de desenvolvimento e não só, como uma fonte extra de rendimento e por vezes de reforço de identidade cultural. Isto, apesar dos vários riscos que podem envolver. A nível económico pode gerar aquilo que Beni (cit in Cardozo 2004:58) define de oferta turística “um conjunto de equipamentos, bens e serviços de alojamento, de alimentação, de recreação e lazer, de carácter artístico, cultural, social ou de outros tipos, capaz de atrair e acomodar numa determinada região, durante um determinado período de tempo, um público visitante”.

Também algumas entidades privadas já incentivam os locais a trabalhar no turismo étnico/cultural e ecoturismo para com isso contribuir para obter lucros extra. Assim podemos perceber das palavras de Fortunato e Silva (2011) quando refere que algumas ONGs (Organizações Não Governamentais) e instituições internacionais por vezes convencem

comunidades a receberem turistas em seus territórios para daí poderem receber lucro, para além de conservar os seus recursos naturais, a biodiversidade local e a sua identidade cultural.

No que se refere ao turismo étnico, Martins e Coutinho (2007) referem que o turismo dentro das áreas indígenas pode ser uma alternativa económica viável, mas também uma forma de valorizar a cultura pois é a diversidade cultural desses povos o principal atrativo do ecoturista. Para isso Martins e Coutinho (2007) referem ser fulcral estratégias bem definidas junto dos nativos sobre o tipo de turismo que se pretende tendo em conta os atrativos.

Deste modo, a oferta gerada pelo turismo tem que criar emprego e oferecer rendimentos para os habitantes locais pois só assim o turismo contribui para beneficiar a comunidade. A OMT (Fortunato & Silva, 2011) refere que as comunidades locais devem estar ligadas às atividades turísticas recebendo sempre uma parte dos benefícios económicos, sociais e culturais. Também é importante salientar que no projeto turístico não se pode deixar de lado a participação das mulheres. Como refere Coriolano (cit in Fortunato & Silva, 2011:92)

as atividades turísticas comunitárias são associadas as demais atividades económicas, com iniciativas que fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato (...) prioriza a geração de trabalho para os residentes, os pequenos empreendimentos locais, a dinamização do capital local, a garantia da participação de todos, dando espaço também as mulheres e aos jovens.

Porém nem sempre esses rendimentos chegam às comunidades. As causas são diversas e por vezes passam pela própria organização das agências de turismo ou entidades locais que não distribuem os lucros pelas comunidades. Neste ponto Ashley (2006) refere que para diminuir os impactos negativos da economia local será necessário que as receitas do turismo sejam direcionadas para as prioridades de subsistência dos povos locais.

No estudo sobre os impactos do turismo nas terras dos Maasai, Akama (2000) refere que são poucos os rendimentos do turismo distribuídos pelos Maasai e comunidades rurais, apesar das suas imagens serem utilizadas como cartaz turístico e as suas terras utilizadas para parques selvagens, fazendo com que eles se afastem dos seus campos de cultivo. Também Bachman e Sinclair (cit in Akama, 2000) referem que no Quênia apenas 2% a 5% dos lucros do turismo foram para as comunidades indígenas, em forma de salários baixos e trabalhos precários. Também é importante referir que em muitas situações, a nível económico, o turismo pode ter um impacto duplamente negativo, Ashley e LaFranchi (2000) referem-se à zona de

conflito que o turismo por vezes cria, pois reduz o acesso aos recursos naturais das populações rurais para além dos fracos rendimentos que já auferem do turismo.

A nível sociocultural também podemos adivinhar mudanças que surgem do contato entre a comunidade recetora e visitante. Essas mudanças nem sempre são desejadas pelos turistas, pois não esperam encontrar uma comunidade evoluída e culturalmente modernizada. Como refere Ouriques (cit in Mauro, 2007) os turistas quando visitam as localidades onde habitam populações indígenas, que não estão com traje típico, ficam frustrados pois acham que as suas expectativas estereotipadas não foram confirmadas e essas expectativas devem ser comprovadas pois fazem parte das imagens que são vendidas e compradas por eles.

Neste ponto, Akama (2000) atribui um papel significativo as agências de viagem pelas atitudes e comportamentos dos turistas num determinado destino. O estereótipo, como refere Lippman (cit in Cabecinhas, 2002:2) tende a ser “um conjunto de imagens mentais sobre a realidade que se interpõe, sob a forma de enviesamento, entre o indivíduo e a realidade”. Para o autor os estereótipos formam-se a partir do sistema de valores que são transmitidos ao indivíduo com o objetivo de o mesmo organizar e estruturar a realidade que o circunda (Lippman, cit in Cabdecinhas, 2002:2).

São essas imagens mentais que muitas vezes os nativos recriam para satisfazer o apetite do turista pelo “exótico”. Porém, as mudanças que possam existir nas representações dos nativos são fruto do fluxo bidirecional que o processo de aculturação promove e, por mais descaracterizado que seja a representação é porque existe um fundamento substantivo que o torna concreto (Grunewald, cit in Mauro, 2007).

Por sua vez Burns (cit in Fortunato & Silva, 2011:89) sugere que “a própria existência do turismo elimina a possibilidade de experiência cultural autêntica”. De facto, no turismo étnico a autenticidade raramente é encontrada conforme o imaginário Ocidental, pois nos dias correntes há sempre aspetos que se introduzem no quotidiano das populações mais remotas, e uma das causas é a aldeia global onde vivemos e a dinâmica própria da evolução cultural, que origina mutações (Mauro, 2007). Igualmente, em muitos casos, a busca pelo exótico destrói a própria essência da mesma por causa da influência esmagadora do observador sobre o observado, tornando-o menos “exótico” e tradicional e transformando o nativo num ator que

modifica o seu comportamento de acordo com a percepção daquilo que é atrativo para o turista (Grunewald, cit in Mauro, 2007).

Contudo, encontram-se exceções na literatura. Por exemplo, o caso dos Índios Pataxó da reserva da Jaqueira no Brasil, que praticam desde a década de 70 um circuito turístico na região de Porto Seguro. A reserva é composta por uma área de 847 *ha* de mata atlântica destinada à conservação. Naquele local, os Índios Pataxó construíram uma aldeia cenográfica, onde desenvolveram um roteiro de visitação ecoturística há cerca de oito anos (Mauro, 2007). Vivem na reserva cerca de 95 indígenas que estão envolvidos com a exploração do turismo. Eles são membros de uma associação comunitária sem fins lucrativos fundada em 1989 a ASPECTUR (Associação Pataxó de Ecoturismo) com a finalidade exclusiva de gerir o empreendimento turístico na reserva. Os passeios na reserva conciliam a contemplação da natureza com a apreciação da cultura Pataxó (Mauro, 2007). A convivência constante deles com os turistas, ao invés de estar a convergir para descaracterizar a essência da sua cultura, está antes a contribuir para a delimitação da fronteira étnica e para a autoafirmação de uma identidade coletiva diferenciada. Quer isto dizer que o turismo étnico pode contribuir para a unificar, recuperar e até preservar uma identidade. Lemo e Neves (cit in Mauro, 2007) referindo-se ao Projeto Jaqueira narram que:

O seu sucesso enquanto turismo étnico ou cultural deve-se pelo carácter de experiência entre culturas que promove e também por ter como produto o autêntico tão procurado pelos turistas. Autêntico, pois o projeto nasce dos Pataxós e pelos Pataxós. Não é uma identidade inventada para o turismo sugerida por agentes externos, mas uma releitura do que é ser um Pataxó atualmente, onde o autêntico é a vontade de sobreviver enquanto etnia. E essa vontade de sobreviver é que é vendida justamente para que essa sobrevivência se torne efetiva, através da renda gerada pelo turismo. (Lemo e Neves cit in Mauro, 2007:67).

A intervenção dos grupos étnicos na preparação e planeamento dos projetos turísticos é fundamental. São eles que vão recuperar, inventariar as suas tradições e hábitos culturais, para juntamente com os antropólogos, etnógrafos e outros, discutir o que se deve ou não inserir neste tipo de turismo. Realça-se que a última palavra deverá ser sempre do nativo.

Relativamente aos Pataxó, Mauro (2007) refere que não foram verificados aspetos negativos no contato entre diferentes culturas. Neste aspeto alguns estudos reforçam a ideia de fortalecimento da identidade

Em vez de o turismo agir de modo degradante sobre a cultura indígena, age de modo contrário, fazendo os pataxós emergir de forma diferenciada na região, e proporcionando, mesmo que indiretamente, uma produção cultural indígena recente e instrumental, que visa à construção de traços culturais constituinte da identidade étnica e que os mostra não como índios aculturados, mas como sujeitos criativos e inventivos que geram sua própria cultura com base em elementos seletivamente acionados e articulados a partir de origens diversas. Grunewald (cit in Fortunato & Silva 2011)

Isto exemplifica um aspeto sociocultural positivo, porém verifica-se na literatura outras realidades, menos positivas. O turismo em terras Maasai estimulou a venda do artesanato local, no entanto, cultivou nos jovens um gosto pelas roupas ocidentais, apesar de nos mais idosos o tradicional se manter; e o surgimento da prostituição masculina e feminina (Akama & Sterry, 2000).

Ao nível da interação cultural também há casos onde as expectativas não foram correspondidas, pois a premissa idealizada de que o turismo cultural funciona como um meio para eliminar os preconceitos entre turistas e comunidades locais, foi defraudada, porque, em muitas ocasiões, contribuiu apenas para reforçar os mesmos preconceitos (Akama & Sterry, 2000). Como refere Jonas o preconceito estabelece-se comparando atitudes e formas de estar de povos diferentes, descriminando-os com o propósito de se manterem as diferenças.

Uma atitude negativa em relação a uma pessoa ou um grupo baseado num processo de comparação social, no qual o grupo de pertença é tomado como ponto de referência. A manifestação comportamental do preconceito é a discriminação, cujo objetivo é manter a posição favorável do próprio grupo. (Jonas, cit in Cabecinhas, 2010:3)

Quer isto dizer que das visitas, com o propósito de se observar as representações culturais de um povo, podem resultar atitudes preconceituosas. E isto pode colocar em causa a própria autenticidade da manifestação cultural pois a comunidade vai proteger os seus valores divulgando apenas o que turisticamente não os prejudica. Apesar da questão da autenticidade ser questionada, no projeto dos índios Pataxó, foram construídas casas longe da habitação dos indígenas para receber os turistas. Neste ponto Mauro (2007) afirma que aquilo que é apresentado ao turista não é apenas um simulacro mas uma manifestação espontânea e autêntica de um sentimento pertencente a uma etnia.

A nível económico, Mauro (2007) refere que os rendimentos auferidos pelo turismo nessas áreas acabaram por se tornar o principal meio de sustento da população, tendo como objeto de venda principal o artesanato. A nível ambiental o autor refere que por se tratar de uma reserva ecológica, os Índios Pataxó optaram pelo ecoturismo educando os seus visitantes para um respeito pela natureza, costumes e tradições Pataxó (Mauro 2007).

Leme e Neves (nd) no estudo feito à Reserva da Jaqueira referem que para alguns povos, indígenas e não indígenas que habitam nos locais onde já se praticam o turismo, este torna-se uma alternativa muito promissora para a sustentabilidade económica, ambiental e até mesmo cultural. No entanto acrescentam que o sucesso da Reserva da Jaqueira se deve à compreensão cultural por parte de quem planeia e da possibilidade de autogestão dos povos indígenas nessas iniciativas. Os autores reforçam dizendo que essa possibilidade depende também do interesse e motivação da procura em relação ao turismo. Este passaria por um maior interesse pela cultura do *outro* e consequentemente por formas de turismo que possibilitem o contato com o diferente.

Deste modo podemos concluir que um turismo em espaço rural, quando bem estruturado e planeado juntamente com as comunidades locais pode contribuir para gerar algum rendimento para os seus habitantes. Segundo Pearce e Burner (cit in Akama, 2000) os impactos socioculturais do turismo dependem em grande medida do tipo de atividade turística que vai ser praticada; da capacidade dos moradores locais em absorver os turistas sem comprometer as atividades tradicionais desejáveis; e a taxa de intensidade do desenvolvimento turístico no local. No caso da Reserva da Jaqueira, os exemplos de sucesso evidenciam uma aposta num ou em vários segmentos do turismo em espaço rural, como é o caso do ecoturismo, ou turismo étnico ou outro que se possa estabelecer em contato com a natureza e beneficie as populações preservando as culturas e hábitos locais.

### **Notas conclusivas**

São poucos os estudos que se focam no turismo étnico em África e em particular Angola. Em parte, por ser mais frequente a procura pelas paisagens naturais, e o turismo de sol e mar, não havendo necessariamente uma grande procura pelo exotismo étnico. Quando acontece é ocasional e fugaz. Por isso, da literatura existente sobre o Turismo étnico, abordam-se apenas os impactos positivos e negativos dos encontros acidentais entre turistas e

comunidades étnicas que habitam em espaços rurais. Por vezes esses encontros são encenados por agências de viagens que, em alguns casos, colocam em seus anúncios os nativos que são “vendidos” ao lado dos destinos turísticos. São poucos os incentivos e muitos obstáculos para a prática do turismo no continente africano havendo apenas dois polos que turisticamente estão melhores preparados para beneficiar desta prática, o norte e sul de África como já foi referido no primeiro capítulo deste trabalho.

Em Angola, o turismo está agora a ser equacionado e debatido em palestras como forma de diversificação da economia. Porém, ainda há um longo caminho a percorrer para que os lucros do turismo sejam também direcionados às áreas mais rurais do país. Para isso há a necessidade de se planejar de forma consciente e séria uma atividade complexa, como o turismo, de modo a evitar os danos ambientais e socioculturais que uma má planificação do turismo pode trazer. O que se pretende é um turismo que beneficie economicamente e traga infraestruturas diversas de apoio à população mas que não danifique nem descaraterize toda a zona envolvente.

Por isso este trabalho pretende explorar as perceções e expectativas dos habitantes das zonas rurais do sul de Angola em relação ao turismo, e identificar os recursos naturais de interesse, que juntamente com a cultura local possam servir de atrativo à prática do turismo étnico/cultural e paisagístico. Para isso fazemos um levantamento das potencialidades e fraquezas da região em estudo para posteriormente elaborar um itinerário que possa servir de atrativo ao visitante.



### **CAPÍTULO III – METODOLOGIA**

O capítulo da metodologia traça os caminhos percorridos para atingir os objetivos desta investigação. Deste modo, partimos da apresentação das técnicas de investigação utilizadas durante todo o trabalho de forma a recolher informação necessária sobre o território em estudo. Neste sentido descrevemos as fontes secundárias utilizadas, as entrevistas e a observação direta.

Os *itens* seguintes mostram de forma mais pormenorizada o caminho percorrido durante a investigação.

#### **4.1 Técnicas de investigação utilizadas**

De forma a atingir o objetivo a que nos propusemos, analisamos um conjunto de fontes primárias e secundárias. As fontes secundárias consistiram na leitura de livros, artigos, documentos oficiais, *sites* e outras fontes científicas que analisamos durante a pesquisa bibliográfica que nos forneceram informações úteis sobre a população em estudo e da região onde habitam. As leituras serviram, igualmente, de apoio à entrevista e observação direta. Na observação direta efetuamos a recolha de informação diretamente sem a intervenção dos sujeitos observados. De acordo com Quivy (2008) a observação direta apela diretamente ao sentido de observação do investigador. Na nossa investigação não utilizamos guia de observação, apenas fomos registando aquilo que achamos pertinente para o estudo. Observamos os comportamentos dos habitantes do quimbo, as casas de “pau a pic”, os artesanatos, etc.. Também se registou em fotografia. A observação direta revelou-se de extrema utilidade para o trabalho no terreno.

De salientar que não foram encontrados muitos estudos/projetos na área do turismo étnico e cultural no contexto angolano, especialmente no sul de Angola que possui uma riqueza étnica/cultural muito vasta, o que impossibilitou um maior número de informações sobre o tema.

Deste modo, os relatos obtidos através das entrevistas, as visitas aos locais onde habitam os Muilas (quimbos) e a participação nas suas festividades, funcionaram como fontes primárias de informação. As visitas decorreram no dia 12 de Julho e 7 de Agosto de 2015, com a autorização prévia da Administradora Municipal da Chibia, Doutora Otilia Noloti e das autoridades tradicionais da comuna do Jau.

As atividade em que se participou compreenderam:

- Visita guiada ao quimbo do Sr. Cambici, coordenador de bairro;
- Visita guiada à Cascata da Hunguéria;
- Visita guiada à Igreja da Missão do Jau;
- Participação nas festas do “Ritual da chuva” – consiste numa cerimónia muito ritualizada, em que o Rei consulta os Deuses sobre a possibilidade de vir a chover e se haverá alimento em abundancia para o povo.

### ***Focus group***

Organizamos dois *focus group* com treze participantes divididos em dois grupos de sete e seis elementos. No total estavam: dois sobas, dez *sekulus* (“os mais velhos”) e um coordenador de bairro, identificados como “testemunhas privilegiadas” por serem pessoas que “pela sua posição, ação ou responsabilidades, têm um bom conhecimento do problema” (Quivi, 2008:71; ver Quadro 1). Esta técnica foi conduzida pelo autor do estudo, na sala de reuniões da Administração Comunal do Jau por volta das 10 horas do dia 12 de Julho de 2015 em duas sessões. As sessões decorreram com o auxílio de um intérprete, pois os entrevistados falaram na sua língua materna, o Nyaneka. O espaço era fechado com boa iluminação e acústica. A discussão decorreu num ambiente calmo, necessário para a qualidade da recolha de informação, tendo estas sido gravadas.

Recorremos ao *focus group* porque a recolha de dados através da interação do grupo sobre um tópico apresentado permite obter informações muito mais rapidamente e frequentemente com menores custos (Stewart et al., cit in Silva et al., 2004:179). Também possibilita um contato direto com os entrevistados e o debate de diversos tópicos com indivíduos de diferentes *backgrounds* (e.g., diferentes níveis de escolaridade). Como se trata de uma entrevista de grupo poderiam surgir alguns tópicos mais sensíveis para se abordar em grupo. De salientar que todas as questões foram respondidas pelos participantes. Verificamos que o método adotado facilitou uma maior desenvoltura dos nossos entrevistados na expressão das suas opiniões, num curto espaço de tempo.

### **Análise do *focus group***

Durante o *focus group* abordamos num conjunto de tópicos (ver Quadro 2) que, ao nosso ver, poderiam suscitar o debate e aferir a opinião pessoal dos entrevistados sobre a possibilidade do turismo etnocultural e paisagístico na comuna do Jau. A observação direta serviu apenas de complemento ao *focus group* não havendo nenhum critério de observação específico.

No momento da entrevista foram feitas as saudações iniciais e uma breve apresentação do nosso trabalho e dos objetivos que orientam a investigação em geral e a do *focus group*. Para a entrevista definiu-se uma abordagem pouco ou nada estruturada na qual segundo Morgan (cit. in Silva et al., 2004:181) inicia-se sem que o grupo saiba exatamente quais são as questões a fazer no âmbito de um dado tópico. Utilizou-se um guião de entrevista que privilegia questões “abertas”, que incluíam palavras ou temas chave. Conforme refere o autor o papel do investigador foi o de moderador e de apoio ao grupo na exploração do tópico.

Na fase de planeamento da composição do grupo optou-se por uma amostra composta por treze indivíduos, devido às características semelhantes dos participantes. De salientar que houve a presença de um moderador que se responsabilizou pela gestão do meio em que a discussão decorreu. O processo de recolha de dados terminou quando se obteve a saturação teórica, ou seja, quando os dados obtidos pelo grupo já não acrescentavam nada de novo.

## 4.2 Temas e características dos entrevistados

Integraram o *focus group* uma mulher e doze homens, com uma média de 56.5 anos, num intervalo de 45 a 68 anos (ver Quadro 1). A técnica de amostragem utilizada foi a amostra não probabilística intencional, pois este estudo visa, sobretudo, a apreensão de lógicas e de processos sociais do que a inferência e a generalização estatística (Gonçalves, 2004). Segundo Gonçalves (2004), a amostra não precisa de ser estatisticamente representativa do universo.

Quadro 1 – Identificação e características dos entrevistados

DADOS PESSOAIS DOS PARTICIPANTES		
Nome	Idade	Profissão
Etui	+/-45	Camponesa
Adelino Domingos	61	Camponês
José Frederico	68	Camponês
Pedro Emanuel	42	Camponês
Carlos	58	Camponês
Falaco	50	Camponês
Musangi	54	Camponês
Francisco Tchatumba	54	Camponês
Francisco Tchoquilo	56	Camponês
Joaão Kuike	49	Secretário do Rei
Matala	49	Camponês
António Mulele	60	Camponês
Cambici	45	Coordenador de bairro

Fonte: elaboração própria

O Quadro 2 - apresenta os tópicos que guiaram/orientam a discussão no *focus group*.

Quadro 2 – Tópicos orientadores do *Focus group*

Tópicos	
1	Local de interesse para o turista/visitante
2	Potencialidades turísticas na comuna
3	O que pensa sobre receber visitante/turista
4	Benefício do turismo para a comuna
5	Atividades festivas e culturais na comuna

Fonte: elaboração própria com base no guião de entrevistas aplicados no dia 12 de Julho de 2015

### **Notas conclusivas**

Neste capítulo foram abordados tópicos fundamentais para a compreensão dos processos utilizados durante a investigação. Foram analisadas as vantagens e desvantagens de algumas técnicas utilizadas. Também se procedeu à caracterização dos entrevistados e dos temas abordados durante a entrevista.

A metodologia permitiu reunir um conjunto de conhecimentos que serviram para compreensão das perspetivas e expectativas dos indivíduos da comuna do Jau sobre o turismo em suas áreas de residência.

Desta forma importa agora situar onde habitam os Muilas, membros do subgrupo dos Nyaneka-Nkhumbi. Quais são as suas características? Como vivem e que hábitos partilham com os outros membros de etnias do sul de Angola? Estas são as questões abordados no próximo capítulo.

## **CAPITULO IV - CARATERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DA CHIBIA: O CASO DO QUIMBO DO SR. CAMBICI**

Neste capítulo é feita a apresentação do território em estudo: comuna do Jau no Município da Chibia. Iniciamos com uma apresentação da província da Huíla onde analisamos os aspetos culturais e históricos que podem motivar uma visita à província.

Em seguida dedicamos dois itens que falam sobre o Grupo Etnolinguístico Nyaneka-Nkhumbi, grupo alvo do nosso estudo. Aqui abordamos os seus hábitos culturais e modos de vida do passado e presente.

Por fim terminamos o capítulo com a apresentação do município da Chibia e Comuna do Jau. Abordamos os aspetos geográficos e sociais destes locais onde fazemos uma descrição da vida de uma família que vive de forma tradicional num dos quimbos da comuna do Jau.

### **4.1 Aspetos culturais, históricos e geográficos sobre a província**

Com 79.023 km<sup>2</sup>, a Província da Huíla localiza-se na zona sudoeste da República de Angola, fazendo fronteira com as Províncias do Namibe e Benguela a oeste, a leste com o Bié e Cuando Cubango e no extremo sul com a Província do Cunene.

Administrativamente, a Província é constituída por 14 municípios (Lubango sua capital, Humpata, Chibia, Gambos, Quilengues, Cacula, Caconda, Quipungo, Matala, Kuvango, Chipindo, Caluquembe, Chicomba e Jamba ) e 40 comunas.



com o autor, a temperatura média anual é de 19°C e as médias mensais variam entre 16°C em junho e 21°C em setembro.

De acordo com Esterman (1983), a província da Huila era a que provavelmente detinha população indígena mais variada. Segundo o mesmo autor, podíamos encontrar a etnia Khoisan ou Hotentote-Bushman e a etnia Banto. Dentro da etnia Banto encontramos, nesta província, o grupo Nyaneka-Nkhumbi. Segundo Redinha (1974), este grupo encontrava-se estabelecido nos territórios do curso médio do Cunene, sendo constituído pelos seguintes subgrupos: Muila – do qual poderá derivar o nome da província Huila. Sobre este caso pouco se sabe, porém o autor refere uma lenda no qual os Nyanekas eram escravos dos Nanos obtidos não se sabe onde, e que guardavam os seus rebanhos, certo dia fugiram com o rebanho e foram estabelecer-se numa região rica em pastos a que deram o nome de Huila.

Segundo Redinha (1974), esta hipótese poderia explicar, em parte, o carácter fechado e impermeável a contatos culturais e o imobilismo que se constatava neste grupo étnico. Continuando a constituição dos subgrupos, tínhamos os: Gambo; Humbe; Donguena; Hinga; Cuancua; Handa (Mupa); Handa (Quipungo); Quipungo; Quilengue-Humbe; Quilengue-Muso.

De acordo com Redinha (1974), a maior parte da população dos Nyaneka-Nkhumbi são criadores e pastores de bois. E conforme refere Medeiros (1976), os povos da província da Huila tendiam a ser de difícil convivência, por serem irrequietos e insubmissos. Podemos perceber das palavras do autor que, aquando das tentativas de contato com os povos autóctones, os Muilas, a principal etnia da região, mostravam-se resistentes ao contato. Este facto, segundo Medeiros (1976) dificultou as tentativas de colonização que se efetuaram em meados do século XIX. Contudo, as características geográficas e climáticas foram um dos fatores que motivaram a colonização destas terras temperadas. Designadas por Terras Altas da Huila devido à sua altitude.

As altitudes elevadas são introduzidas através duma escarpa vigorosíssima, talhada a pique ou quase e muito alta: é para além desta que se estende a região, com uma topografia monótona, que compreende sobretudo vastas extensões planálticas de amplos horizontes; há apenas um degrau principal que separa os dois níveis mais elevados, situados a oeste, do que fica para o interior. (Medeiros,1976:21)



Podemos perceber das palavras do autor que a altitude não foi um entrave para a colonização, bem pelo contrário, a localização geográfica permitia um clima favorável, porém enganador, pois, segundo Medeiros (1976), as chuvas abundantes e muito irregulares interditavam o cultivo de determinados produtos europeus.

Como refere Medeiros (1976), várias foram as tentativas falhadas para a colonização desta área. Contudo, foi com a chegada dos *boers*, vindos da África do Sul, e o seu estabelecimento na Humpata, que se tentou infiltrar junto a estes um numeroso contingente português. Com esta iniciativa, fundou-se outros povoados como o Lubango, a Chibia e a Humpata, esta última já sem a presença dos *boers*, que se afastaram descontentes com a presença dos portugueses.

As atividades praticadas na Huila eram maioritariamente rurais, como a agricultura, embora em alguns casos houvesse o desenvolvimento de pequenas indústrias e o comércio, pois o clima nem sempre era favorável ao cultivo.

Assim, tendo em consideração o contexto da geografia singular e os grupos humanos existentes na província da Huila, deve-se pensar em atividades económicas que façam parte de um modelo de desenvolvimento económico diferenciado. Deste modo, o turismo pode contribuir, em certa medida, para esse tipo de desenvolvimento equilibrado e sustentável. Uma das modalidades turísticas, que pode favorecer esse desenvolvimento nas terras da Huila é o turismo étnico e cultural assim como o turismo de contacto com a natureza, pois é uma atividade que adota os princípios da sustentabilidade. Além disso, o fator cultura é elemento constituinte dos princípios do turismo de natureza. O fator sustentabilidade é elemento imprescindível para se obter um planeamento e gestão do turismo étnico e cultural e do turismo de natureza em bases participativas, de inclusão, e com preocupação ambiental.

#### **4.2 O grupo étnico-linguístico Nyaneka-Nkhumbi**

Em Angola existem vários grupos étnicos. De acordo com Melo (2005) essa diversidade e complexidade, juntamente com outros fatores estratégicos de prossecução dos projetos coloniais justificou o agrupar dos diferentes grupos étnicos em conjuntos mais amplos, denominados de grupos étnico-linguísticos (Melo, 2005). Conforme refere Rosa Melo os estudiosos que juntaram estes grupos étnicos não os agruparam da mesma forma. Mesmo assim para Melo (2005) é errado juntar todas as etnias dentro de um só grupo e denomina-lo de

Nyaneka-Nkhumbi pois cada um dos grupos possui características distintas tais como a indumentária, língua e formas artísticas.

Apesar destas características diferentes há traços nos quais se evidenciam semelhanças entre os diferentes grupos étnicos (Melo, 2005). Independentemente das classificações, segundo Redinha (1974), o grupo étnico-linguístico denominado «Nyaneka-Nkhumbi» encontrava-se estabelecido nos territórios do curso médio do Cunene, porém, atualmente encontram-se dispersos um pouco por toda Angola, devido a uma série de razões que passam pela procura de melhores condições de vida, até à guerra civil do país (Melo, 2005).

Os «Nyaneka-Nkhumbi» são bastante organizados e a sua população é formada, maioritariamente, por criadores e pastores de bois. De acordo com o autor, entre os Humbes estão alguns dos grandes proprietários de manadas. A vida económica deste povo, segundo Esterman (1976), combinava a criação de gado e agricultura, sendo que a primeira atividade era a mais prestigiosa. O autor refere ainda que os bois eram o principal elemento de riqueza e importância social servindo por vezes de moeda. A alimentação era à base de leite e farinha de uma variedade de cereal designado por massango (*Pennisetum spicatum*). Sobre este assunto, Esterman (1976), refere que o milho já era bastante difundido entre estes povos no século XIX e ocupava o primeiro lugar entre as culturas.

De acordo com Redinha (1974), a região da Huila é maioritariamente composta por Nyanekas devido as invasões de outros grupos étnicos vindos do Sudoeste Africano, que obrigavam os Humbes a deslocar-se para as margens do Cunene. Assim se justifica algumas semelhanças, no plano cultural, com os subgrupos étnicos Ambós e Hereros.

Entre as tradições mais antigas dos Nyanekas, temos o cortejo do “Boi sagrado” que, segundo Redinha (1974:45), era uma “reminiscência do culto do boi Ápis dos velhos altares do Nilo”. Esta tradição é anualmente praticada entre os Nyanekas.

De acordo com Redinha (1974), os Humbes são artisticamente dotados e inteligentes, partilhando com os Nyanekas o ritual da puberdade feminina e a prática da aruspicação.

No aspeto artístico os Humbes cultivam o adorno do corpo e curiosos penteados, produzindo vestuários e ornatos de variada natureza, incluída a confeção de pulseiras metálicas (...) Na vida social dos Nyaneka-Humbe tomam particular evidência os ritos da puberdade feminina. Nos atos divinatórios praticam a aruspicação. Os

Humbes revelam ao observador a existência duma elite de tipo evoluído que se mostra dotada duma inteligência prática. (Redinha, 1974:45-46).

Podemos perceber das palavras do autor, que a convivência entre os Nyaneka-Nkhumbis seria pacífica pois partilhavam o mesmo espaço e tinham hábitos culturais semelhantes. Isso poderia, de certo modo, justificar o lado artístico e a inteligência deste grupo étnico. Porém, de acordo com Medeiros (1976), não foi isso que os portugueses encontraram quando entraram em contacto com estes povos. Segundo o autor, permanecia um atraso, instabilidade e constantes lutas e uma impermeabilidade a contatos culturais. Contudo, o autor também refere que os testemunhos “ pecam quase sempre por incompreensão de uma civilização muito diferente, em que todos os elementos são tidos como expressão de barbárie, selvajaria, imoralidade”. (Medeiros, 1976:115).

#### **4.3 O potencial cultural e social e seu impacto no turismo étnico**

A província da Huíla apresenta um conjunto de recursos que potenciam a atração de turistas nacionais e estrangeiros. Segundo o Plano Diretor do Turismo (PDT), o turismo na Huíla passa pela exploração de dois eixos estratégicos: Cultura e Natureza.

Do ponto de vista cultural e paisagístico, a província possui vários monumentos e sítios que poderão contribuir para a atração dos turistas. Destes podemos destacar alguns como os que se seguem no quadro seguinte.

Quadro 3 – Monumentos e sítios na Província da Huíla

<b>Elementos naturais</b>	<b>Elementos históricos e culturais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tundavala – Município do Lubango, a cerca de 27 km da cidade do Lubango.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serra da Leba (miradouro e estrada) - Município da Humpata, a cerca de 45 km da cidade do Lubango.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gruta de Cangalongue – Município da Chibia, comuna do Jau.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cristo Rei – Município do Lubango, a cerca de 15 km da cidade do Lubango.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cascata da Hunguéria – Município da Chibia, comuna do Jau.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Muralhas de Cangalongue – Município da Chibia, comuna do Jau.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cascata da Huíla – Município do Lubango, comuna da Huíla.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Muralhas do Éleu – Município da Chibia, comuna do Jau.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grutas de Ondimba – Município da Humpata, comuna do Tchivinguiro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Complexo da Nossa Senhora do Monte – Município do Lubango, a cerca de 4 Km do centro da cidade.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria

Dentro das festas de carácter social temos as Festas de Nossa Senhora do Monte. Este evento decorre durante todo o mês de Agosto. Tem diversas atividades dentro das quais podemos destacar a missa que acontece no dia 15 de Agosto e a corrida de automóveis, no dia do encerramento. Nesta altura realiza-se também a feira Agropecuária.

Deste modo, olhando para a diversidade cultural e paisagística da Huíla, bem como as festividades da Nossa Senhora do Monte, que trazem à província muitos visitantes, deve-se

pensar em dinamizar a lado menos conhecido dos turistas, que são os produtos culturais e modos de vida dos subgrupos etnolinguísticos. Deste modo, o potencial cultural e social existente na província poderá contribuir para dinamizar uma das modalidades de turismo citado pela literatura, o turismo étnico/cultural e paisagístico. Este tipo de turismo poderá fixar, preservar, ou até renovar os diversos subgrupos étnicos contribuindo para o seu desenvolvimento económico-social.

#### **4.4. Manifestações culturais e modo de vida**

Como refere Medeiros (1976), a etnia dominante na província da Huila é a dos Muilas. Apesar de apresentar relativa homogeneidade, este subgrupo constitui uma unidade maior, os Nyanekas juntamente com os do subgrupo dos Gambos. É por isso que Carlos Estermann estudava estes grupos em conjunto com os Nkhumbis. Os Muilas ocupam assim a maior parte das terras altas da Huila. A comunidade Nyaneka-Nkhumbi, como já vimos atrás, é bastante organizada. Deste modo, podemos perceber que já possuíam um certo grau de desenvolvimento e estrutura social onde as mulheres tinham um papel importante no seio da sociedade. Assim podemos perceber das palavras de Estermann (1983:25) quando refere que as mulheres ocupavam-se dos trabalhos agrícolas, onde se destaca o cultivo do milho, o amendoim e outras variedades de cucurbitáceas, segundo as regiões e qualidades do terreno, e dos cuidados domésticos, enquanto aos homens cabia a função de tratar do gado.

Percebe-se desta informação que o cultivo seria uma atividade preocupante, pois dependia muito do terreno e também do clima, que não era muito propício para a agricultura. Deste modo, a criação de gado tinha uma importância enorme, sendo mesmo o principal foco desta comunidade. Segundo Estermann (1983), as principais raças que criavam eram: a bovina, caprina, ovino e, ao contrário dos vizinhos Cuanhama, também criavam suínos.

Ainda para o mesmo autor, as construções eram constituídas por palhotas individuais sobre um plano circular, sendo a cobertura um teto cónico. As comunidades não se agrupavam em aldeias, preferindo viver isolados. Praticamente conviviam no mesmo espaço uma ou duas famílias. Aspeto esse que podia evidenciar as constantes disputas entre os autóctones, que preferiam viver separados.

No que tange às artes e ofícios, os Nyaneka-Nkhumbi são excelentes ferreiros. Segundo Estermann (1983), atribuíam-se a estes artistas um poder quase sobrenatural no que se refere à

extração do ferro do minério. Outros homens eram encarregues de transformar a madeira em utensílio.

Homens especializados fabricam os utensílios domésticos de madeira, esculpando-os com uma faca, tais como baldes para leite, copos para cerveja e o curioso travesseiro dos nyanekas, de que se servem as mulheres e raparigas adultas, e que evita o desarranjo do complicado penteado. (Esterman, 1983:25)

Podemos deste modo perceber que os artistas adaptavam a sua arte às necessidades da comunidade. Assim os utensílios eram feitos para necessidades básicas, mas também para apetrechos secundários. No que tange às responsabilidades das mulheres, segundo Estermann, cabia-lhes os trabalhos de olaria e o ofício de cesteiro.

De acordo com Estermann (1983), a organização familiar é baseada sobre a lei da matrilinearidade no qual o parentesco segue a descendência uterina. Neste subgrupo quem exerce a autoridade geralmente é o tio materno, pois, o pai não era da mesma família do que os filhos. O herdeiro principal era o sobrinho, filho da irmã uterina mais velha. Segundo Medeiros (1976), o sucesso tinha que mostrar capacidades para substituir o soba, o que originava competições entre os vários sobrinhos. A decisão cabia sempre aos mais velhos (seculos, palavra que significa avós) e aos conselheiros do soba. Faltando sobrinhos a sucessão cabe ao mais velho dos irmãos do soba.

Podemos perceber destas palavras, da existência de uma organização pensada e controlada, onde cabia sempre aos mais velhos a palavra final.

Também existe, neste grupo étnico, um ritual de iniciação para ambos os sexos. De acordo com Estermann (1983), a iniciação nos rapazes consistia na circuncisão, já nas raparigas a iniciação chamada de *ehiko* ou *efiko* tinha lugar um, ou, mais geralmente, mais anos, depois das raparigas terem atingido a puberdade. O casamento seria logo depois. Segundo o autor, depois da cerimónia, a jovem já não seria mais rapariga, mas mulher, mesmo que não conseguisse casar.

Segundo Estermann (1983), os contatos com os potenciais esposos eram possíveis, porém limitavam-se a simples trocas de prendas e visitas ocasionais. Deste modo era permitido à rapariga aceitar prendas, que geralmente era uma pulseira. Este era o primeiro passo para o noivado. Assim os noivos podiam se visitar algumas vezes, porém era proibido às moças dormir

em casa do noivo. Em alguns casos, com a autorização dos pais, era permitido ao noivo pernoitar com a noiva, isto na etnia do Ambos. Já nos Nyanekas, geralmente, noivo e noiva, visitavam-se alternadamente.

Podemos compreender das palavras do autor que existe uma certa organização e complexidade nesta fase. E mesmo após esta etapa, os noivos teriam que passar por um pequeno ritual que, segundo Esterman (1983), consiste numa forma de contrato que não se trata de uma mera venda, da rapariga, a quem dá mais, mas sim numa espécie de dote que se deve devolver em caso de divórcio.

Segundo o autor, esta espécie de dote serve para estabilizar o casamento nos primeiros anos. Porém os divórcios são frequentes. Contudo, o adultério é punido com uma multa aplicada ao homem que o pratica. De acordo com Estermann (1983:27), “Tem-se afirmado muitas vezes que alguns maridos instigavam as mulheres a praticar este vício para criar uma fonte de receitas.” Porém o mesmo autor afirma que estes casos seriam raros. O que acontecia, segundo o autor, é que haveria um pacto entre homem e esposa para enganarem um outro homem de modo a este ser surpreendido «*in flagrante*» para receberem deste modo uma indemnização.

No que toca à vida religiosa, segundo Esterman (1983), são povos que acreditam num ente superior. Quanto à organização tribal, de acordo com Esterman (1983), todos tiveram uma organização fortemente monárquica que segundo o autor, muitas vezes, chegou a ser uma verdadeira tirania. Isto porque, de acordo com Estermann, o Rei era senhor absoluto da terra e dos seus súbitos. Por baixo destes estavam os “seculos” que administravam uma pequena área, sendo responsáveis perante o soba grande. A sucessão do soba era feita sob as regras do matriarcado, sendo o sucessor o irmão mais novo ou de preferência o sobrinho materno mais velho.

#### **4.5 Caracterização geral e enquadramento geográfico do Município da Chibia**

O Município da Chibia situa-se a sul da cidade do Lubango, entre os paralelos 15° e 12° e os meridianos 13° e 11°. A sua superfície distribui-se pelas comunas da seguinte forma: a comuna sede com 1.351,02 km²; a comuna de Capunda Cavi longo com 1.514,78 Km²; a comuna de Quihita com 1.146,32 km²; e a comuna do Jau com 1.269,14 km². O Município é limitado a Norte pelo município do Lubango, a Sul com o município dos Gambos, a Este com o Município de Quipungo e a Oeste com os Municípios da Humpata e Virei, (provincia do Namibe). O Município da Chibia com uma superfície de 5.281,2 km² está localizado no sudeste da

provincia da Huíla, a 42 quilómetros da cidade do Lubango, a capital da provincia. A sua população é maioritariamente composta pelo grupo etnolinguístico Nyaneka-Nkhumbi, integrando também outros pequenos grupos de Umbundo, Nganguela, Tyokus, Vátus, Kuissis, Koisans e a raça mista, paternalmente de origem portuguesa.

O nome Chibia, deve-se aos colonos portugueses, que batizaram estas terras férteis do sul de Angola partindo do nome e um Chefe nativo que se chamava Mwendja. Este chefe tinha como pseudónimo Ketyi Ivi e opunha-se contra a ocupação colonial. A ocupação da Chibia começou a ser feita em 1885 por colonos portugueses madeirenses e alguns Bóeres que haviam descido até às margens do rio Tchipumphunhime. (Plano de Desenvolvimento Municipal, 2007/2009). A 30 de Outubro de 1927, o Município da Chibia foi elevado a categoria de Vila.

A população do município atualmente dedica-se maioritariamente à atividade agropecuária, à pequena indústria mineira e exploração do granito negro, à pesca fluvial, praticada de forma artesanal, o artesanato e o comércio informal, atividades com importância socioeconómica para a vida do Município (Administração da Chibia, 2015). A figura 2 apresenta o mapa da provincia da Huíla.

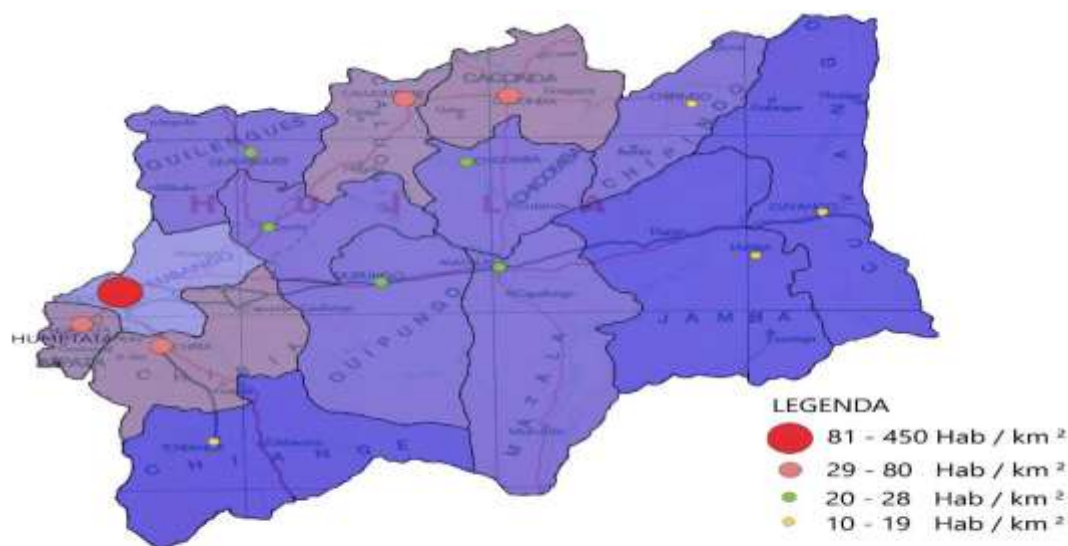


Figura nº 2: Província da Huíla/densidade populacional por município



#### **4.6 Caracterização geral da comuna do Jau**

A comuna do Jau dista 25 km da sede Municipal e 45 km da sede Provincial. Localiza-se a sul da Província da Huíla, fazendo limites a norte com a comuna da Huíla, município do Lubango, a sul com a comuna de Cainde município de Virei província do Namibe e a oeste o Município da Humpata.

A população desta comuna é estimada em 26.247 habitantes, que na sua maioria é composta pelo grupo etnolinguístico Nyaneka-Muila, que se dedicam principalmente às atividades de agropecuária e um pouco de agricultura como base da sua subsistência. Ai existem 17 autoridades tradicionais, dos quais seis são sobas pequenos, onze *sekulus* distribuídos em setores, povoações, localidades e são eles que servem de elo de ligação entre a Administração e as populações (Administração comunal do Jau, 2014).

#### **4.7 Características do quimbo do Coordenador de bairro Sr.º Cambici**

O quimbo do Sr.º Cambici situa-se na comuna do Jau. Dista a poucos Km do município da Chibia. É um terreno não muito grande mas podemos encontrar lá cerca de doze divisões, entre cozinhas, dispensas e quartos, todos construídos em pau a pique. Os quartos e dispensa têm formato retangular e a cozinha redondo. Também observamos um local onde se realizam batizados denominado de “tchôto” e um celeiro. De salientar que o leite e alguns utensílios ficam guardados no quarto do soba e da primeira esposa, apesar de haver várias dispensas.

O Sr.º Cambici, de nome português José Virgílio, tem 45 anos e duas esposas. Prática aceite pela cultura Nhaneca, no qual ter duas esposas é normal. No quimbo habita apenas uma família constituído pelas duas esposas, filhos, sobrinhos e netos.

No quimbo a família produz algum artesanato que vende no mercado, mas a maior fonte de riqueza é a criação de gado, galinhas, porcos e, também, algum cultivo de subsistência.

Na indumentária podemos encontrar os panos típicos da região de nome samakaca (pano com padrões de várias cores). No pescoço vêem-se missangas coloridas que significam que já foram batizados. As crianças com tenra idade, quando são batizadas dão-lhes um nome e em seguida colocam-lhes um colar de missangas. Rapazes e raparigas usam este utensílio, porém vê-se mais nas raparigas.

No cabelo, podemos ver uma pasta barrenta que cobre a trança. Segundo o soba Cambici, está é feita com farinha que fazem da raspa da madeira misturado com água. Serve

apenas de embelezamento. Quanto a esta matéria não houve um consenso pois há outros que dizem que essa pasta é feita com manteiga proveniente do leite das vacas, e só quem tem vacas pode fazer este tipo de penteado, significando deste modo o seu poder económico. Quer com isto dizer que usar este tipo de penteado significa que a rapariga é de família rica.

Dos artesanatos feitos no quimbo podemos destacar:

Quadro 4 - Elementos artesanais encontrados no quimbo

<b>Nome em Nyaneca</b>	Onquino	Temba	Ontchakelua	Onpakela	Ontchikandelo
<b>Tradução</b>	Trombeta	Travessa	Cabaça Leite	do Funil	Bacio

Fonte: Elaboração Própria



Figura 3: Jovem Muila a soprar o Onquino (trombeta)

No início da visita ao quimbo do Sr.º Cambici, houve uma oferta nossa ao soba pois é prática comum oferecer-se algo no momento da visita. A visita decorreu num ambiente agradável pacífico e instrutivo. Isto revelou o lado acolhedor do líder do quimbo e dos seus familiares. A

presença do tradutor Emilio foi uma ajuda enorme e incansável. No final podemos perceber que a visita a este local foi uma experiencia agradável. Também é prática os visitados no fim oferecerem algo. Foi-nos oferecido seis ovos.

Em seguida caminhamos em direção à cascata do Jau, dito pelos populares como sendo um local magnífico e inexplorado. Tivemos como guia o Srº Emilio, funcionário eventual da Administração Municipal da Chibia. À chegada, podemos presenciar tal beleza. Pena o caminho irregular que só a pé ou em presença de um veículo todo terreno se poderia alcançar sem dificuldade a linda cascata.

### **Notas conclusivas**

Este capítulo teve como objetivo enquadrar a Província da Huíla bem como o Município da Chibia e a Comuna do Jau. Também serviu para descrever a cultura do povo que habita nesta região Sul de Angola. Com esta descrição podemos perceber um pouco sobre o que a literatura fala sobre estes povos e analisar curiosidades nos seus costumes e tradições que podem servir de atração turística para os turistas culturais.

## CAPÍTULO V – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

De acordo com Quivy (2008) a análise de conteúdo incide sobre mensagens variadas que após serem codificadas servirão de fonte de informação para construir o conhecimento. No *focus group* as mensagens foram previamente gravadas e posteriormente transcritas, constituindo deste modo a nossa base de informação.

O processo de análise de dados decorreu, conforme refere Bloor et al. (cit in Silva et al., 2004:185), de acordo com três etapas: **codificação/indexação**, onde se fizeram as transcrições e atribuiu-se categorias de acordo com o tema do guião; **armazenamento/recuperação**, onde se compilou manualmente e comparou-se todos os extratos da mesma categoria; e por fim **interpretação** onde se fez uma análise sistemática dos dados.

Vamos agora apresentar os principais temas/categorias obtidos durante o *focus group* e para cada um, vamos apresentar os relatos dos participantes e proceder à sua discussão.

### 5.1 Local de interesse para o turista/visitante.

O turismo é uma atividade multidisciplinar (Cunha, 2009), pois estabelece relações com todas as atividades humanas e ambientais envolventes. São essas relações que fazem do turismo um vetor de transformação e contribui, de certo modo, para uma difícil conceituação do seu campo de ação. Porém, para que haja turismo, terá sempre que haver razões de interesse que motivem uma deslocação. Estas podem ser naturais; culturais edificados ou não edificados.

Dos locais de interesse mais referidos destacamos a cascata da Hungueria, as grutas de Khangalongue, a Igreja da Missão do Jau e as festas da comuna, como relatam os seguintes participantes: “Há um sítio, uma cascata, onde a estrada que vai para lá é um bocado fechada, mas é um sítio turístico” (Avelino Domingos, Camponês); “Há um sítio localizado na vizinhança muito bonito chamado cascata” (Sr. Falaco, Camponês).

De referir que todo este potencial turístico continua ainda inexplorado o que dificulta a prática do turismo. De facto como refere Cunha (cit in Nogueira, 2013:87) para que haja turismo terá que existir um conjunto de facilidades criadas para satisfazer as necessidades dos visitantes. Porém, fatores como a degradação das vias de acesso e o fraco investimento são um dos entraves para esse desenvolvimento.

## **5.2 Potencialidades turísticas da comuna**

Neste tópico as narrativas mostram que a comuna possui um vasto leque de locais apetecíveis para a prática do turismo. Cada um dos entrevistados nomeou o seu local preferido, alguns lamentaram a falta de acessos, porém é de salientar o reconhecimento por parte dos participantes nas potencialidades que esses mesmos destinos possuem para a prática do turismo.

Para Vengesayi (cit in Nogueira, 2013:87) as atrações só por si não têm influência direta na atratividade dos destinos. Para o autor a existência de serviços e apoios como o alojamento, comunicação e infraestruturas de suporte ao turismo, revelam fatores determinantes para a atratividade de um destino turístico.

Apesar disso não se pode dissociar as facilidades criadas das motivações que levam o turista a se deslocar ao local. Como refere Leno Cerro (cit in Vareiro & Ribeiro, 2006:3) “para se analisar o valor real do potencial turístico de um território, não podemos medir unicamente o número de recursos e atrativos que possui. Importa, sobretudo, a sua qualidade, bem como o apetrechamento noutros fatores, como as acessibilidades e os equipamentos”.

De salientar que das entrevistas realizadas todos os participantes reconhecem potencialidades e deficiências na comuna. Como afirma este participante, “o primeiro interesse aquando da receção dos turistas é que a visita venha identificar algo na comunidade e depois mostrar as potencialidades que tem na comuna” (Sr.º Adelini Domingos).

## **5.3 Opinião sobre receber visitantes**

No que se refere à receção de turistas, praticamente todos os entrevistados mostraram interesse em recebê-los. Evidenciaram também uma clara abertura e entusiasmo pela vinda de visitas. Esse entusiasmo pode ser identificado na forma como alguns entrevistados demonstraram uma certa preocupação em ter algo para oferecer àqueles que os visitam.

Do ponto de vista comportamental é sabido que o turismo provoca modificações, pois quem recebe é instruído para o fazer bem, isto porque sabe que do turismo podem surgir benefícios. Como referem Hunziker e Kraft (cit in Cunha, 2009) o turismo proporciona um conjunto de relações e fenómenos durante a deslocação e permanência num determinado local.

Contudo, é de salientar que o receber bem já está enraizado na cultura Nyaneka, pois a maioria dos participantes evidenciaram um aspeto tradicional desta cultura, na qual todos os

visitantes são sempre “brindados” com uma oferta, assim denunciam algumas narrativas: “...preocupação em receber a visita num sítio limpo e oferecer algo para a visita.” (Sr.<sup>a</sup> Etui, camponesa); “...tenho a dizer que é bom (receber turistas)” (Sr.<sup>o</sup> Masuangi, camponês); “É importante receber visitas dando aquilo que se tem esperando algo que a visita pode trazer em nosso benefício” (Sr.<sup>o</sup> Falaco); “...Gesto bonito. Dar algo caso houver, mas se não houver, não é por isso que não os recebo.” (Sr.<sup>o</sup> Francisco Tchokilo);

Nestas narrativas podemos encontrar uma grande preocupação em receber bem o turista, mesmo se tratando de comunidades que já por si têm pouco. É de salientar o cuidado em receber o turista num local limpo e que se não houver algo para oferecer não será por isso que não se recebe o turista. Também se pode referir que o turismo para estas comunidades pode servir para melhorar as condições sociais e económicas dos habitantes. Assim se pode deduzir das narrativas expressas no seguinte ponto.

#### **5.4 Benefício do turismo para a comuna**

Neste ponto, é sabido que o turismo pode trazer benefícios a vários níveis, pois como refere Cunha (2009) o turismo estabelece relações com todas as atividades humanas e ambientais, tais como: sistema económico/financeiro; sistema social; sistema ambiental e ecológico; sistema político; sistema jurídico-institucional; sistema cultural e histórico; e sistema científico, educativo e tecnológico. São estas vantagens que a literatura apresenta, e que se verificam nas narrativas dos entrevistados: “A visita pode ajudar na construção de escola, sondas, etc... sendo camponês pode ajudar nas infraestruturas.”(Sr.<sup>o</sup> Matala, camponês) “...Benefícios, pois a visita pode trazer troca de benefícios...” (Sr.<sup>o</sup> João Kuite) “...são bem vindos. Quando vêm temos esperanças que venham com o objetivo de melhorar as condições.” (Sr.<sup>o</sup> Mussangi, camponês). “...acho importante a vinda de turistas porque é um benefício para a comunidade.” (Sr.<sup>o</sup> Adelino Domingos, camponês).

Estas narrativas mostram uma grande expectativa em relação ao turismo e o que esta relação pode trazer para a comunidade. Porém, foi de notar em algumas narrativas a preocupação em saber qual o objetivo da visita. Como refere Costa (2004) no turismo étnico a principal atração é o próprio nativo e isto pode suscitar algumas inquietações. Porém o mesmo autor refere que no turismo étnico é o próprio nativo que se recria melhorando o seu comportamento para beneficiar materialmente da sua performance o que vai colocar em questão o que é verdadeiro ou autêntico e o que são recreações. Quer isto dizer que no turismo

étnico as relações que se estabelecem são meramente as de procura de retorno financeiro e não de trocas culturais.

Contudo no que respeita ao turismo étnico/cultural, Cunha (2009) também refere que o turismo étnico é aquele no qual se visitam familiares, amigos e descendentes, ou aquele em que o turista vai para participar na vida comum com as populações locais, não havendo nesse caso recreações, apenas visitas guiadas aos locais onde os nativos habitam.

Deste modo, podemos perceber, das narrativas dos entrevistados, que a preocupação em entender qual o objetivo da visita, é a de se prepararem para a mesma. Assim podemos perceber das suas narrativas: “..Aquando da visita, é importante saber qual o objetivo do visitante” (Sr.º Francisco Tchoquilo, camponês) “...sempre de mãos abertas, mas o importante é receber a visita sabendo sempre qual o objetivo do visitante.” (Sr.º Musangi, camponês)

### **5.5 Preservação da cultura, atividades festivas e culturais na comuna**

No que respeita à preservação da cultura, alguns dos entrevistados indicaram os trajes, a forma como constroem as casas bem como o “Ritual da Chuva”, festa com uma certa tradição onde se marca o início da época das chuvas. Nota-se que neste ritual, segundo alguns populares mais velhos, ainda se verificam marcas do passado, como o cortejo dos bois, a corrida das jovens a frente dos animais, assim como a troca de cabazes feita da casa do rei, entre outros pontos de interesse que envolve todo ritual.

São estes hábitos que segundo a UNESCO devem ser preservados. De certa forma, também foi uma vontade transmitida pelos entrevistados e alguns populares presentes no ritual da chuva, pois o medo em se perder aspetos da festa foi referido.

Porém, isto não invalida um desenvolvimento da comunidade, pois a ideia transmitida pelos entrevistados vai no sentido de que o turismo poderia trazer esse desenvolvimento, com a construção de estradas, forma de regadio moderno, entre outros...isto demonstra um certo conhecimento e preocupação da comunidade em não pretender manter-se afastada do desenvolvimento.

Eis algumas dessas narrativas:

“ a visita pode ajudar na construção de estradas, podem trazer sonda, produtos agrícolas, e outros...”

(Sr.º Carlos, camponês)

“...é importante. Pode trazer benefício, como escolas, água, e outras coisas...”

(Sr.º Francisco Tchoquila)

Apesar de a população pretender manter as suas tradições e vivê-las como se fazia antigamente, no que tange ao “Ritual da Chuva”, nota-se um certo potencial risco de desaparecimento, pois as informações transmitidas eram bastante imprecisas e normalmente recorrendo à memória de um ou outro *seku/lu* que com algumas incertezas lá foi contando a história do ritual. Porém como refere Duarte (2010) também as práticas reinventadas ou renovadas deveriam ser consideradas.

Concordamos com este autor, pois não pode haver desenvolvimento sem que haja alteração dos hábitos e costumes, mas sempre mantendo vivas as memórias dos antepassados. Porém um estudo por parte de especialistas nesta área deverá ser feito para que se tenham bases documentadas sobre as tradições orais que, ao que parece, ao longo dos tempos poderão se perder.

### **Notas conclusivas**

Este capítulo teve como objetivo recolher informação dos entrevistados sobre o turismo étnico e paisagístico nas suas áreas de residência. Desta forma os dados recolhidos da entrevista serviram também de base para a projeção do itinerário turístico, tendo em conta as vontades e exigências dos locais. Isto porque o turismo em espaço rural tem como um dos objetivos aumentar os rendimentos dos povos rurais. Assim, foi importante saber dos mesmos quais são as preocupações bem como as expectativas em torno do turismo.

Dos dados recolhidos podemos identificar locais de interesse, os mais falados foram a cascata da Hungueria e a igreja da Missão; de modo geral todos os entrevistados estão recetivos a acolher turistas pois acreditam que pode trazer benefícios para o Município.

Por fim, e de modo a elaborar uma proposta de itinerário turístico em zonas rurais da província da Huíla, este capítulo teve uma influência direta sobre o capítulo seguinte – Proposta de Itinerário Turístico.



## **CAPÍTULO VI – PROPOSTA DE ITENERÁRIO TURÍSTICO**

Um itinerário turístico descreve os locais de interesse que devem ser visitados pelo turista. Neste caso específico o itinerário descreve os locais culturais e paisagísticos que serão propostos ao turista. Desta forma o sexto capítulo tem como objetivo apresentar uma proposta de itinerário turístico na comuna do Jau, pois é uma forma de criar rendimentos extras para as populações locais. Este itinerário abrange os aspetos culturais dos povos de etnia Nyaneka, onde o turista pode visualizar as construções, trajes típicos e ouvir as histórias dos habitantes sobre a cultura e vivências locais. Também podem usufruir da paisagem e edifícios históricos que a comuna possui.

Para além do itinerário proposto é sugerido outros locais fora da comuna, mas dentro da província da Huíla que podem suscitar curiosidade pelo turista. Deste modo há a possibilidade de o visitante juntar outros locais de interesse ao itinerário proposto de modo a conhecer mais e melhor, não só do povo e a sua cultura, mas também toda a riqueza cultural e paisagística que possui a província da Huíla.

De modo a elaborar o projeto analisamos as potencialidades e fraquezas da região a investigar (análise SWOT) de modo a identificar os aspetos relevantes para alcançar os objetivos gerais e específicos da investigação.

### **6.1 Potencialidades turísticas da comuna**

A comuna do Jau está localizada no sul de Angola mais propriamente na província da Huíla, sendo uma das comunas do município da Chibia. É uma zona predominantemente agrícola apesar de alguns habitantes também se dedicarem à pecuária. A riqueza da comuna reside na cultura do seu povo, os Nyaneka-Nkhumbi. De acordo com o PDM (Chibia, 2007/2009) 70% da sua população é do grupo etnolinguístico Nyaneka-Nkhumbi. Uma população rural que vive essencialmente da produção de gado bovino, caprino, suíno, ovino e galináceos.

A atividade agrícola está essencialmente virada para a produção de milho, massambala, feijão, hortícolas e frutícolas de natureza diversa. Vivem em habitações, ainda tradicionais, com poucas condições de habitabilidade, mas que podem servir de base para um desenvolvimento arquitetónico adequado à história e tradições deste povo.

Como já foi referido, a prática do turismo em espaço rural pode envolver outros tipos de turismo, como por exemplo o ecoturismo e o turismo étnico. E neste sentido acreditamos que a riqueza cultural deste povo e o potencial natural que existe no Jau pode motivar a deslocação de visitantes ecoturistas para contemplar a fauna e flora existente na comuna.

Deste modo destacamos como potencial turístico para o turista rural as formações lenhosas, algumas árvores como o Girassonde (*Pterocarpus angolensis*) e Eucaliptos, para além de muita vegetação formada por uma floresta primitiva densa dominadas por árvores e arbustos dispersos, por vezes concentrados.

De referir que o município é rico em água doce, o que pode incentivar atividades turísticas de contato com a água. De acordo com o PDM (Chibia, 2007/2009) o município tem desperdiçado todo este potencial:

O potencial hidrográfico não tem sido suficientemente aproveitado. É praticada a pesca artesanal em pequena escala nas lagoas do rio Kaculuvur na Quihita, no rio Tchimpumpunhime na comuna Sede e também nas represas da Comuna da Kapunda. Na área das Gandjelas, está em fase de conclusão uma barragem com o mesmo nome, no rio Tchimpumpunhime, para fins agropecuários. (PDM Chibia, 2007/2009:5)

De referir que na comuna do Jau há um ponto onde as nascentes de Lumbiekantuva, a norte da povoação do Jau e a Sul o açude que convergem a jusante, dão origem à cascata da Hungueria, um importante ponto turístico do município PDM (Chibia, 2007/2009). Esta cascata, de difícil acesso, está inserida no meio de uma vegetação densa, com formações rochosas e pequenas grutas. Aqui podem se encontrar esporadicamente alguns macacos, coelhos e cabras do mato (PDM Chibia 2007/2009).

Também podemos referir como atrativo turístico cultural a Missão Católica do Jau. Trata-se de uma estrutura afeta à Igreja Católica. Foi fundada em 1889 e desde então tem sido uma referência na formação das populações locais. Atualmente encontra-se em fase final de remodelação. Na Missão encontramos também um pequena Igreja com frontaria rematada por frontão reto e beiral, torre lateral encimada por coruchéu (<http://apostoladoangola.org/missao-do-jau-renasce-na-chibiahuila/>)

Estes são alguns dos atrativos que a comuna oferece. Porém na província da Huíla existem vários outros locais de interesse que podem motivar uma visita. Identificamos no capítulo “Outros locais de interesse na Província da Huíla” outros motivos que motivem uma visita à província da Huíla.

## **6.2 Análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats)**

Após uma exposição sobre o turismo em espaço rural, e as várias modalidades turísticas que se podem envolver no espaço rural, importa agora perceber a aplicabilidade de um futuro projeto turístico na comuna. Partindo do princípio que o turismo estabelece relações com a cultura e sociedade de um povo, região ou comunidade, torna-se assim importante planificar bem uma atividade que pode gerar mais problemas do que benefícios, quando mal estruturado. Deste modo, e visto quais são as potencialidades da comuna do Jau, importante agora entender quais são os pontos fortes (Strengths), os pontos fracos (Weaknesses), as oportunidades (Opportunities) e ameaças (Threats) de um projeto neste destino, que apresentamos no quadro seguinte.

O quadro 5 mostra a análise SWOT da comuna do Jau (Chibia).

Quadro 5 – Análise SWOT da comuna do Jau (Chibia)

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos culturais (edificados e imaterial);</li> <li>• Recursos naturais;</li> <li>• Autenticidade do ambiente e das paisagens;</li> <li>• Sossego e tranquilidade;</li> <li>• Clima;</li> <li>• Hospitalidade;</li> <li>• Festividades tradicionais (Ritual da Chuva);</li> <li>• Artesanato local.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzido nº de hospedarias e pensões (só na Chibia);</li> <li>• Má condição das vias de acesso à comuna;</li> <li>• Empresários e comerciantes descapitalizados;</li> <li>• Fraca presença de bancos e instituições financeiras;</li> <li>• Serviços de saúde e infraestruturas básicas insuficientes;</li> <li>• Falta de promoção turística: institucional e empresarial;</li> <li>• Debilidade dos serviços de transporte público coletivos;</li> <li>• Necessidade de planeamento turístico que envolva a comunidade rural;</li> <li>• Falta de água potável e sistema de regadio para as populações agrícolas.</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cascata da Hungueria;</li> <li>• Missão do Jau;</li> <li>• Igreja do Jau;</li> <li>• Valorização e preservação do património cultural e natural do povo Nyaneka Nkhumbi;</li> <li>• Criação de emprego;</li> <li>• Desenvolvimento do comércio na região;</li> <li>• Sensibilização ambiental de turistas e residentes;</li> <li>• Reforço de oferta de alojamento turístico;</li> <li>• Melhoria de acessibilidade e transporte;</li> <li>• Investimento em novas tecnologias de apoio à agricultura.</li> <li>• Alojamento integrado na envolvente natural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conjuntura económico-financeira angolana desfavorável;</li> <li>• Risco de crescimento económico desajustado;</li> <li>• Degradação dos recursos culturais e naturais;</li> <li>• Dependência de um leque restrito de produtos turísticos;</li> <li>• Excesso de população oscilante;</li> <li>• Poluição;</li> <li>• Prostituição na região;</li> <li>• Subida dos preços;</li> <li>• Mau grau de tecnologia e <i>Know how</i> experiência na gestão de atividades especializadas.</li> </ul>

Fonte: elaboração própria

Deste modo, e tendo em conta a análise feita à comuna do Jau, importa salientar que ao nível das **Forças**:

- A comunidade do Jau apresenta forte identidade cultural, principalmente na comunidade mais adulta, que ainda festejam e têm rituais antigos que merecem estudos de antropólogos e especialistas na área. Os seus trajes, as danças, as construções das habitações, o artesanato, e suas crenças podem despertar curiosidade nos turistas culturais.
- A comuna também possui uma grande riqueza natural que está por explorar. O rio Tyimpuphunjime: que possibilita a prática de desportos náuticos bem como a pesca; a cascata da Hungueria: local de contemplação da natureza envolvente e possibilidade de mergulho no lago; e a flora envolvente, constituem atrações para os turistas amantes da natureza. Também podem ter a possibilidade de avistar alguns animais selvagens como macacos e coelhos.
- O clima é propício para passeios ao ar livre durante praticamente todo o ano. Apenas existem duas estações do ano bem nítidas: a estação do cacimbo (seca) que vai de Maio a Setembro, e a estação das chuvas (mais quente), vai de Setembro a Maio. As temperaturas médias do ar variam de 27°C (máximas) e 17°C (mínimas).
- A hospitalidade da comunidade local é uma marca nos povos Muilas. Os visitantes são sempre brindados com uma oferta. Aliado ao sossego e tranquilidade da comuna, vemos uma excelente simbiose entre o turista e a contemplação harmoniosa com a natureza e comunidade local.

No que respeita as **Fraquezas** podemos salientar:

- A falta de um Hotel, hospedarias ou pensões na comuna não facilitam à prática do turismo, visto que aliciado a esse aspeto, não há nem vias de acesso nem transportes coletivos que promovam uma deslocação tranquila e segura para o município da Chibia.
- Os dados apurados revelam um fraco empresariado e a inexistência de bancos ou instituições financeiras que incentivem o empreendedorismo.
- Podemos constatar através dos entrevistados que há falta de água potável e um sistema de regadio que propicie a agricultura.

Por outro lado o desenvolvimento do turismo pode beneficiar de diversas **Oportunidades**, entre as quais destacamos:

- Projetos de preservação da fauna e flora, bem como da cascata da Hungueria que pode ser potenciada para a prática do turismo;
- Em termos sociais e económicos pode ajudar na criação de emprego e diminuir o êxodo rural. Pode contribuir para a criação de infraestruturas de apoio ao turismo bem desenvolver o comércio local.
- Pode possibilitar a preservação e valorização da cultura Muila.

Porém podem surgir **Ameaças** que precisam de ser consideradas. Destas podemos destacar:

- A atual crise financeira que o país atravessa pode dificultar o investimento público-privado, bem como afastar o turismo interno;
- O turismo pode criar má distribuição de rendimentos, provocando desequilíbrios sociais. Podem surgir focos de prostituição masculina e feminina, bem como o aumento de poluição sonora e do ar.
- A prática de turismo pode provocar o aumento de população nas zonas rurais. Esses visitantes podem oscilar, e quando são em grande número, podem criar desequilíbrios dentro da comunidade. Neste ponto mostra-se importante criar um número limite de visitantes.

### **6.3 Objetivos gerais e específicos do itinerário**

Este projeto tem como objetivo contribuir para um crescimento económico diversificado do país. Visto que em Angola a população maioritariamente vive nas cidades torna-se importante criar estratégias que permitam um desenvolvimento sustentado das comunidades rurais. Neste contexto, e tratando-se de um país em desenvolvimento, torna-se indispensável seguir os exemplos positivos de outros países, como no caso dos Índios da Reserva da Jaqueira no Brasil, que fizeram da sua cultura e zona envolvente uma fonte de rendimento extra.

Deste modo é fundamental desde cedo criar mecanismos que apoiem as comunidades locais e contribuam para a preservação das culturas e tradições das etnias locais, um pouco por toda Angola. Assim as comunidades rurais podem desenvolver-se e recrearem-se dentro dos seus habitats, evitando o êxodo.

Desta forma definimos como objetivo geral do itinerário, contribuir para um rendimento extra para as comunidades rurais da comuna do Jau. Como objetivos específicos:

- Promover e preservar a cultura local;
- Incentivar o turismo em espaço rural;
- Criar emprego para os jovens;
- Fixar os locais evitando o êxodo rural;
- Proteger a fauna e flora incentivando os turistas e locais para o respeito pela natureza;
- Contribuir para criação de infraestruturas de apoio ao turismo e à comunidade local.

## **6.4 Itinerário**

De forma a desenvolver esta proposta de itinerário, tivemos em consideração os ecoturistas. Desta forma os percursos propostos inserem-se dentro de um contexto de caminhos rurais no qual o turista ou ecoturista irá percorrer um determinado trajeto a pé. Isto possibilitará uma maior interação com a zona envolvente e com a população local. Também contribui para sensibilizar turistas e locais a preservar e respeitar o meio ambiente.

Esta proposta de itinerário também se combinará com outras, pois devido à distância entre certos locais não permitirão fazer todo o percurso a pé. De forma a podermos alcançar todo o itinerário proposto elaboramos um itinerário de um dia: um que aborda um elemento turístico natural, um cultural e outro étnico. Deste modo o percurso pode contribuir para o início da atividade turística organizada e ajudar na captação de rendimento extra para a comunidade local.

### **6.4.1 Caracterização dos itinerários “Cascata da Hungueria”, “Quimbo do Sr. Cambici” e “Missão do Jau”**

Estes locais propostos são os que achamos obrigatórios para uma visita. De salientar que existem outros de igual ou maior interesse mas que por devido às dificuldades de acesso e falta de tempo, não nos foi possível visitar.

Desta forma destacamos como locais de interesse a Cascata da Hungueria: onde podemos encontrar um lago rodeado de rochas e muita vegetação; O Kimbo do Sr. Cambici, coordenador de bairro. É apenas um dos vários quimbos que há na comuna. Porém, este foi o que visitamos e eles mostraram-se bastante recetivos e acessíveis para as visitas. E por fim a Missão Católica do Jau, onde se encontra a igreja da Missão.

A aproximação ao rio Tyimpuphunjime pode suscitar outros tipos de interesse turístico que motivem uma visita.

#### **6.4.2 Itinerário proposto**

Os turistas que se deslocam à Chibia podem fazer este itinerário a pé. Porém do município da Chibia até à comuna do Jau ainda dista alguns Km que terão de ser feitos obrigatoriamente de transporte. Por isso, e de modo a facilitar este itinerário, temos que marcar um ponto de encontro para levar os turistas até aos locais propostos.

Esse ponto de encontro pode ser a Administração Municipal da Chibia. Uma vez acomodados no transporte, um grupo de turistas podem assim deslocar-se aos locais propostos.

O quadro seguinte mostra o programa apontado por nós para um dia.

Quadro 6 – Programa de visita etnocultural e paisagístico.

<b>Programa de visita etnocultural e paisagístico</b>	
<b>Horário</b>	<b>Percurso</b>
Manhã	<ul style="list-style-type: none"><li>• Saída da Administração do Município da Chibia em direção à comuna do Jau;</li><li>• Visita à Missão Católica do Jau;</li><li>• Visita à Igreja da Missão;</li><li>• Pausa para refeição.</li></ul>
Tarde	<ul style="list-style-type: none"><li>• Visita ao Quimbo (observação das construções tradicionais; trajes e indumentárias típicas dos Muilas; Ouvir um pouco da história e da cultura Muila; compra de artesanato tradicional;</li><li>• Visita pedestre (opcional) até à cascata da Hungueria (observação da fauna e flora existente durante o percurso);</li><li>• Regresso à Administração Municipal da Chibia.</li></ul>

Fonte: Elaboração própria.

Dado o início à nossa partida, o primeiro ponto de chegada é a sede da comuna do Jau que dista a 15 km do Município sede da Chibia. Devido à má condição da via (de terra batida) o percurso faz-se em cerca de uma hora. Chegando à comuna propomos uma visita à Missão Católica do Jau e à Igreja da Missão.



A Missão do Jau foi fundada em 1889 e atualmente encontra-se em fase final de remodelação. Os trabalhos de modernização consistiram na substituição total da cobertura em telha; renovação de reboques, pavimentação e pintura; aplicação de novas janelas e portas, calçada exterior e construção de tanques e reservatórios de água. A Missão tem sido uma referência na formação de quadros angolanos, apesar do seu propósito principal ser o de formar padres.

O trabalho de remodelação da Missão Católica, também permitiu reabilitar e apetrechar a igreja que lhe está afeta, assim como as salas de aulas, cozinha e refeitório. Também dois dormitórios, o pátio, jardins, reitoria, biblioteca, secretaria, sala de visitas, área agrícola, assim como as residências para os professores foram remodelados.

Após visita à Missão Católica, propomos um lanche por debaixo de um dos eucaliptos existentes na comuna.

Continuamos o nosso percurso em direção ao Quimbo. No destino o que o turista irá ver será uma representação das habitações tradicionais onde vivem os Muílas rurais. Nessa habitação (representativa) os turistas podem comprar artesanato feito pelos locais, ouvir como são feitas as casas, qual o significado de cada construção; como é organizada a família entre outros assuntos de interesse cultural.

Por fim, propomos uma caminhada até a cascata da Hunguéria. Como o circuito é acidentado, apenas as motos ou *Jipes* podem circular com facilidade. Porém como o propósito é contribuir para um ambiente mais saudável, a deslocação até a Cascata pode ser feita a pé. O tempo estimado é cerca de uma hora. Chegando a Cascata podemos banhar no lago ou apenas observar a paisagem e desfrutar dos sons da natureza.

Terminada a visita, rumo-se à Administração Municipal da Chibia.

A figura nº4 mostra os locais a visitar. Da esquerda para a direita temos: a Missão católica, o Quimbo e a Cascata.

Figura 4 - Itinerário



Fonte: Fotografias tiradas pelo autor do itinerário

## **6.5 Outros locais de interesse na Província da Huíla**

A província da Huíla é rica em belezas naturais e possui um património cultural diversificado que merece uma visita. Entre elas podemos destacar:

### **6.5.1 Fenda da Tundavala**

Localizada na cardilheira da Chela, com dois acessos, estrada da Mapunda de baixo com 26 km e a 20 km da rotunda da Fabrica N`gola do município sede do Lubango, com uma profundidade de centenas de metros aproximadamente. A fenda e a zona envolvente ocupa uma vasta zona com bastantes motivos de atração turística possuindo belas cascatas, escarpas estratificadas das rochas que a natureza oferece.

O ponto culminante desta beleza natural, são os miradouros a limitar o horizonte, da direita para a esquerda a muralha imponente da serra da Chela, um dos pontos mais altos do qual, qualquer observador pode encontrar-se estático e mudo ao assombro sentindo de toda a sua pequenez no seio das maravilhas da criação natural.

A partir dos miradouros, pode-se apreciar toda a profundidade do abismo que nos cava aos pés e que nos causa forças ciclópicas rasgando a milénios de anos, em qualquer momento de fúria da natureza, para mostrar ao homem todo o poder incomensurável que dispõe.

O acesso para esta imponente beleza natural já se faz sem dificuldades. Pode-se chegar lá em poucos minutos, sobre um tapete asfáltico e depois em calcetas de granito local, ora rosa, ora cinza e negro que lhe dá a característica rústica particular protegendo desta forma o impacto ambiental que tal obra humana poderia causar. É esta obra que constitui um casamento harmonioso entre a natureza e a obra humana que no fim de observada volta-se para casa com

a alma alucinada por tão fantásticas visões de realidades, que não imaginamos que existem sobre a terra.

### **6.5.2 Missão Católica de Caconda**

Como referem os dados da Direção Provincial da Cultura (2014) a Missão Católica de Caconda foi fundada em 1889 pelo Padre Ernesto Leconte, missionário espiritano, e criado pelo Decreto Canónico de 04 de Novembro de 1889 por sua Eminência Reverendíssimo Dom António Tomas da Silva Leitão e Castro, então Bispo de Angola e Congo. Está localizada na região Norte da Província da Huíla a 241 Km da cidade do Lubango, e, a 07 km da Sede municipal de Caconda.

A missão compreende um conjunto de edifícios como: monumental da Igreja, construída em 1895, possui uma residência para os padres; uma residência para as madres; uma escola missionária, que desde há muito tempo tem vindo a formar entidades eclesiais que serviram e servem para a evangelização na região; dois internatos “masculino” e “feminino” e um cemitério monumental fundado em 1892, onde repousam os restos mortais dos missionários.

### **6.5.3 Antiga Câmara Municipal do Lubango**

Situada no bairro Comercial, largo 1º de Maio, antiga rua da câmara Leme atualmente rua 4 de abril, foi construído em alvenaria. Está coberto de chapas de luzalite portas e janelas em madeira e vidro com varanda na fachada principal, tem 25,8 metros de comprimento, 17,5 metros de largura e 12 metros de altura exterior. Comporta 2 (dois) pisos (1º andar e rés do chão). É uma construção de adobe e cimento erguido entre 1900 a 1915.

De acordo com a Direção Provincial da Cultura (2014) neste edifício, funcionaram os primeiros cursos liceais que deram aos alunos do Liceu Nacional Diogo Cão. Funcionou também como Câmara Municipal ou passos do concelho da então cidade de Sá da Bandeira, atualmente Lubango.

As imensas necessidades de transformação exigidas para o desenvolvimento da cidade após a independência Nacional em 11 de Novembro de 1975, determinaram a sua reabilitação para fins Governamentais.

Neste momento, nele funcionam vários Sectores do Núcleo de Apoio aos Deputados da Assembleia Nacional.

Este edifício de arquitetura civil foi classificado como Monumento de Interesse Público por despacho nº23/95 de 18 de Abril pelo Ministério da Cultura.

#### **6.5.4 Antiga estação do Caminhos de Ferro de Moçâmedes – Lubango**

De acordo com a Direção provincial da Cultura (2014), a antiga estação do caminho-de-ferro de Moçâmedes foi construída em alvenaria entre 1905 e 1923 possui 2 pisos, 21 divisões, 75m de comprimento, 16m de largura e 20m de altura exterior, com portas e janelas em madeira e vidros.

Este edifício, data desde o princípio do século XX, havia sido concebido pelo governo português ligado ao povoamento europeu e desenvolvimento do sul de Angola.

Foi inaugurada em 31 de maio de 1923 com a chegada do primeiro comboio que triunfalmente apitou naquela estação da então Vila de Sá da Bandeira, no qual viajou dentre outras individualidades o Governador-geral de Angola o Alto-comissário da Republica Norton de Matos. Esse dia fez eco na história da Huíllana, pois com a chegada do comboio depois de vencida a Serra da Chela, o ilustre governante exarou um despacho elevando a então Vila à categoria de “Cidade de Sá da Bandeira”.

Obra de arquitetura civil representa um marco na história da colonização e desenvolvimento do Planalto da Chela. Foi classificado como Património Histórico-Cultural por Despacho nº11/97 de 18 de abril do Ministério da Cultura.

#### **6.5.5 Edifício do Sr. Hamilton Lopes**

Segundo a Direção Provincial da Cultura (2014) é um dos edifícios que faz parte das primeiras construções da bela secular cidade do Lubango.

Foi construído no estilo arquitetónico do século XIX, na sua última década, mais precisamente no ano de 1895. Está localizado no Município do Lubango, bairro Lucrécia. É uma construção de adobe e cimento, com cobertura de chapas de zinco, portas e janelas em madeira e vidros, tem 15 metros de comprimento, 10 metros de largura, 20 metros de altura exterior e comporta 2 pisos (R/c e 1º andar).

Este edifício centenário faz parte das primeiras edificações da cidade do Lubango, fundada a 19 de janeiro de 1885 por colonos madeirenses que a mando do Governo Português instalaram-se nas terras planálticas da Chela.

Foi classificado como monumento de interesse público por despacho nº 12/97 de abril pelo Ministério da Cultura como testemunho do passado.

### **Notas conclusivas**

Este capítulo teve como objetivo apresentar uma proposta de itinerário capaz de atrair turistas/visitantes. Para isso avaliamos as potencialidades do município tendo em conta as suas fraquezas oportunidades e ameaças (análise SWOT). Identificamos os locais que achamos constituírem maior interesse dentro da comuna do Jau. Porém outros locais foram abordados durante a entrevista por serem de interesse turístico, mas devido a inacessibilidade foi-nos impossível deslocar até lá.

Da avaliação feita às potencialidades do local, podemos constatar um vasto leque de recursos naturais e culturais que podem motivar uma visita. Contudo para que o itinerário tenha sucesso há uma série de ações e procedimentos que se deve ter em conta na altura de se elaborar o projeto, como por exemplo o Marketing, entre outros. Deste modo há que potenciar os recursos existentes na província da Huíla, município da Chibia e comuna do Jau, mas para isso é preciso unir esforços com as várias disciplinas do saber envolvendo sempre as comunidades, pois o principal objetivo do turismo em espaço rural é que os locais beneficiem diretamente das receitas do turismo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O interesse pela investigação relacionada com o turismo étnico em espaço rural surgiu de uma preocupação pelo fraco desenvolvimento desta atividade no continente africano. Em especial na África Subariana, onde a riqueza étnica/ cultural pode, em certas condições, ser aproveitada para atrair visitantes/turistas.

Esta dissertação teve como principal objetivo perceber que percepções e expectativas os membros do grupo étnico denominado Muilas, possuem em relação à importância económica, ambiental e cultural do turismo étnico, de forma a propor itinerários turísticos que envolvam a cultural local e a natureza envolvente.

Os resultados indicam que há vontade da população em receber visitantes/turistas, pois os habitantes encontram na região potencialidades tanto a nível paisagístico como cultural que podem atrair os visitantes. Também podemos referir a enorme expectativa por parte dos entrevistados em receber lucro financeiro que advém do turismo.

De forma a perceber as percepções/expectativas dos Muilas, acreditamos ter conseguido obter informação necessária para responder ao nosso problema de investigação. O que nos faz acreditar que os métodos empregues foram os mais ajustados. Recorrendo à pesquisa bibliográfica, documental, as entrevistas e observação direta, foi possível obter um conhecimento mais profundo sobre as percepções e expectativas dos Muilas sobre a importância económica, ambiental e cultural do turismo étnico.

Visto que a aceitação do turismo local foi generalizada e a crescente expectativa em relação as oportunidades e lucros que o turismo pode trazer para a comunidade gerou entusiasmo, propusemos no nosso trabalho um itinerário turístico, que envolveu a visita a uma casa típica dos Muilas, e à zona paisagística envolvente. De salientar que o Itinerário foi baseado nas próprias recomendações dos entrevistados. Contudo, da análise feita ao itinerário (análise SWOT), foi possível detetar várias lacunas e deficiências que limitam a promoção do local enquanto destino turístico. Porém existem várias oportunidades que advêm da possibilidade de exploração desta atividade no Município. Para isso há um longo caminho que se deve percorrer e no qual todos os esforços e apoios devem ser dirigidos para a criação de infraestruturas de apoio ao visitante/ turista. De salientar que essas infraestruturas devem servir também para a

melhoria de qualidade de vida dos povos locais e que o turismo também deve servir para criar emprego tanto para os jovens como para os adultos masculinos e femininos.

Deste modo, o turismo étnico/cultural em espaço rural vai permitir um menor êxodo rural e ao mesmo tempo valorizar e preservar a cultura dos povos locais. Visto que em Angola há uma grande assimetria entre as zonas urbanas e zonas rurais, o turismo étnico ou qualquer outro tipo de turismo que se pratique em espaços rurais, pode beneficiar os locais, como ajudar o país a descentralizar a população, e investir mais nas zonas rurais.

Das narrativas analisadas apercebemo-nos que há uma consciência generalizada das dificuldades e limitações que a implementação de projetos desta natureza pode vir a ter devido às enormes lacunas e deficiências que o Município, e em particular a comuna do Jau, possuem. Há falta de hotéis, lojas de conveniência, restaurantes, melhores acessos, entre outros.

Deste modo podemos concluir que o turismo étnico-cultural e paisagístico para ser possível tem que envolver um conjunto de entidades e de esforços que permitam criar as condições necessárias para o efeito. Através da literatura analisada, e das observações feitas concluímos que o melhor caminho para um futuro projeto turístico étnico-cultural que beneficie a população sem ofender os seus hábitos culturais e tradições mas preservando alguma autenticidade, passa pela recriação de espaços étnicos e de artefactos tradicionais feitos pelos nativos e geridos pelos nativos para oferecer aos turistas.

Num país em que se vive os tempos da modernidade, Angola precisa de encontrar outras formas de diversificar a sua economia. Essa diversificação passa pela agricultura, turismo, entre outras áreas pouco exploradas nos últimos tempos. No que concerne ao turismo, acreditamos que o turismo étnico em espaço rural, pode beneficiar não só os cofres do estado, mas também a comunidade local pois vai possibilitar a fixação da comunidade local nas zonas rurais, permitir a criação de emprego e o regresso daqueles que partiram para as cidades abandonando as zonas rurais. Para isso há que envolver a população e dotá-los de materiais que possam permitir trabalhar naquilo que é o meio de subsistência da comunidade local, e capacitar os mais jovens de formação técnico/profissional em turismo.

Desta forma, e devido ao pouco estudo nesta área, o que limitou em boa parte esta investigação, torna-se fundamental referir a importância da continuidade deste estudo, até porque este é um trabalho parcial, mas que pode contribuir para a discussão teórica e prática

dentro desta temática. Cientes que podíamos ter feito um pouco mais, lançamos o desafio para que outros investigadores deem continuidade a este estudo. Portanto é importante continuar a investigar nas diversas áreas como a antropologia, sociologia entre outros, de forma a recuperar as memórias e tradições locais, para que surjam outros agentes ligados às demais áreas interessados no aproveitamento da cultura local como atração turística juntamente com outras potencialidades que as zonas rurais possam ter.

Importa também reforçar/alertar os governantes locais da necessidade de se capacitar os locais com as infraestruturas necessárias para a prática do turismo. No que tange a população, importa salientar que a herança cultural imaterial deve ser preservada, e não esquecida pois muitas vezes a fuga das zonas rurais para as grandes cidades, faz com que as tradições e hábitos culturais se percam em função do mundo globalizado que se vive nas grandes cidades.



## BIBLIOGRAFIA

### Livros e artigos

Administração Municipal da Chibia. (2006). *Plano de Desenvolvimento Municipal 2007/2009*. República de Angola – Província da Huila.

Akama, J. & Sterry, P. (2002). *Cultural tourism in Africa: strategies for the new millennium*. Consultado em 12 de outubro de 2015, disponível em <http://www.atlas-euro.org/pages/pdf/Cultural%20tourism%20in%20Africa%20Deel%201.pdf>;

André, J. L. (2012). *O Perfil do consumidor de turismo de natureza no maior lago artificial da Europa* (Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa). Consultado em 12 de outubro de 2015 disponível em <http://hdl.handle.net/10400.5/3931>;

Ashley, C. (2000). *The Impacts of Tourism on Rural Livelihoods: Namibia's Experience* (Working paper, Overseas Development Institute London). Consultado em 13 de outubro 2015 disponível em <http://www.odl.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/2754.pdf>;

Barreto, M. (1995). *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas: Papirus;

Barretto, M. (2004, Novembro). Relações entre Visitantes e Visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. *Turismo em Análise* v. 15, nº2, p.133-149. Consultado em 12 de outubro de 2015, disponível em <http://www.revistas.usp.br/rta/article/viewFile/62663/65458>;

Bernardo, E. (2013). *Uma introdução ao Turismo - conceitos, classificações e tipologias* (Working papers, Instituto Universitário de Lisboa). Consultado em 14 de outubro de 2015, disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/9851>;

Cabecinhas, R. (2002). Media, etnocentrismo e estereótipos sociais. In *As Ciências da Comunicação na Viragem do Século. Actas do I Congresso de Ciências da Comunicação*. Lisboa: Vega 407-418. Consultado em 02 de novembro de 2015, disponível em <http://hdl.handle.net/1822/1599>;

Cabecinhas, R. (2010). Expressões de racismo: mudanças e continuidades. In: Mandarino, A.C.S. & Gomberg, E. (Eds.) *Racismos: Olhares plurais* 11-43. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia. Consultado em 12 de novembro de 2015 disponível em <http://hdl.handle.net/1822/11002>;

Cabral, C. M. (2009). *Património Cultural Imaterial Proposta de uma Metodologia de Inventariação* (Tese de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa). Consultado em 12 de novembro de 2015, disponível em <http://hdl.handle.net/10400.5/3034>;

Cardozo, P. F. (2006). Considerações preliminares sobre produto turístico étnico. *PASOS: Revista de Turismo e Património Cultural* vol nº4, 143-152. Consultado em 13 de novembro de 2015, disponível em <http://www.pasosonline.org/Publicados/4206/PS020206.pdf>;

Costa, F. L. (2004). *Turismo Étnico, Cidades e Identidades: Espaços Multiculturais na Cidade de Lisboa*. Consultado em 14 de novembro de 2015, disponível em <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel74/FranciscoLimaCosta.pdf>;

Cunha, L. (2009). *Introdução ao Turismo*. Lisboa-São Paulo: Editorial Verbo;

Dieke, P. (n.d.). *Developing Tourism in Africa: Issues for Policy Consideration*. Consultado em 12 de outubro de 2015, disponível em <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/IDEP/UNPAN002586.pdf>;

Dinh, D., Mcnamee, T., & Mulaudzi, M. (2011). *Unlocking Africa's Tourism Potential: Lessons from Vietnam and Cambodia*. Consultado em 13 de novembro de 2015, disponível em [http://www.thebrenthurstfoundation.org/Files/Brenthurst\\_Commissioned\\_Reports/Brenthurst-paper-201112-Unlocking-Africas-Tourism-Potential.pdf](http://www.thebrenthurstfoundation.org/Files/Brenthurst_Commissioned_Reports/Brenthurst-paper-201112-Unlocking-Africas-Tourism-Potential.pdf);

Duarte, A. (2010). O desafio de não ficarmos pela preservação do património cultural imaterial. *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*. vol. 1, 41-61. Consultado em 13 de novembro de 2015 disponível em <http://hdl.handle.net/10216/23630>;

Eagleton, T. (2003). *A ideia de cultura*. Consultado em 14 de novembro de 2015 disponível em <file:///C:/Users/Abdel/Downloads/A+ideia+de+cultura.pdf>;

Estermann, C. (1983). *Etnografia de Angola (sudoeste e centro) colectânea de artigos dispersos* (vol. 1-2). Lisboa: Instituto de investigação científica tropical;

Fernandes, P. O., & Cepeda, F. J. (2000). *Evolução do turismo na região norte de Portugal: aplicação do ciclo de vida*. Documento não publicado, Instituto Politécnico de Bragança. Consultado em 15 de novembro de 2015 disponível em [https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/1010/1/n\\_2.pdf](https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/1010/1/n_2.pdf);

Fortunato, R. A., & Silva, L. (2011, Agosto). Os significados do turismo comunitário indígena sob a perspectiva do desenvolvimento local: o caso da reserva de desenvolvimento sustentável do tupé (am). *Cultur: Revista de Cultura e Turismo* nº2. Consultado em 13 de novembro de 2015 disponível em [www.uesc.br/revistas/culturaeturismo](http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo);

Gomes, M. B. (2005). *A Cultura como dupla mediação social*. Consultado em 14 de novembro de 2015, disponível em <file:///C:/Users/Abdel/Downloads/809-1536-1-PB.pdf>;

Gonçalves, A. (2004). *Métodos e técnicas de investigação social I*. Consultado em 15 de novembro de 2015, disponível em <https://tendimag.files.wordpress.com/2012/09/mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-investigac3a7c3a3o-social-i.pdf>;

Hallack, N., Burgos, A., & Carneiro, D. M. (2011). *Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras*. Consultado em 01 de dezembro de 2015, disponível em [file:///C:/Users/Abdel/Downloads/Dialnet-TurismoDeBaseComunitaria-4375223%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Abdel/Downloads/Dialnet-TurismoDeBaseComunitaria-4375223%20(1).pdf);

Holland, J., Burian, M., & Dixei, L. (2003). *Tourism in Poor Rural Areas: Diversifying the product and expanding the benefits in rural Uganda and the Czech Republic*. Consultado em 15 de novembro de 2015 disponível em <http://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/4034.pdf>;

Lordelo, E. R. (2010). *A Psicologia Evolucionista e o conceito de cultura*. Consultado em 14 de abril de 2015 disponível em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v15n1/08.pdf>;

Martins, C. I. (2012). *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável O Papel da Arquitetura Vernacular* (Tese de Mestrado, Universidade da Beira Interior, Covilhã). Consultado em 14 de abril de 2015, disponível em <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1937/1/Turismo%20rural%20e%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel.pdf>;

Martins, I. R., & Coutinho, H. R. (2007). Turismo em áreas indígenas. *Revista Eletrônica Aboré*. Consultado em 15 de abril de 2015, disponível em [http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos\\_3/Idania%20Rita%20dos%20Santos%20Martins.pdf](http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_3/Idania%20Rita%20dos%20Santos%20Martins.pdf);

Marujo, N., Serra, J., & Borges, M. (2013, Junho). Turismo Cultural em cidades históricas: a cidade de Évora e as motivações do turista cultural. *Revista de investigacion en turismo e desarrollo local*. Vol 6, nº 14. Consultado em 15 de abril de 2015, disponível em <http://www.eumed.net/rev/curydes/14/turismo-cultural.pdf>;

Mauro, V. (2007). *Turismo em terras indígena: o caso da Reserva Pataxó da Jaqueira* (Tese de Pós-Graduação, Universidade de Brasília). Consultado em 13 de novembro de 2015, disponível em [http://bdm.unb.br/bitstream/10483/259/1/2007\\_VictorFerriMauro.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/259/1/2007_VictorFerriMauro.pdf);

Melo, Rosa. (2005). *Nyaneka-Nkhumbi: uma carapuça que não serve aos Handa, nem aos Nyaneka, nem aos Nkhumbi* (Artigo de revista científica nacional com arbitragem científica). Consultado em 02 de dezembro de 2015 disponível em <http://hdl.handle.net/10071/2701>;

Musasa, G. (2013). *Challenges of rural tourism development in Zimbabwe: A case of the Great Zimbabwe-Masvingo district* (Tese de Mestrado, University Of Fort Hare, Republic of South Africa). Consultado em 03 de dezembro de 2015, disponível em [file:///C:/Users/Abdel/Downloads/Musasa+G\\_\\_Challenges+for+Rural+Tourism+Development+in+Zimbabwe\\_\\_Jan+2013.pdf](file:///C:/Users/Abdel/Downloads/Musasa+G__Challenges+for+Rural+Tourism+Development+in+Zimbabwe__Jan+2013.pdf);

Nogueira, S. F. (2013). *Perspetiva integrada de stakeholders, redes e qualidade do relacionamento em turismo : aplicação ao Parque Nacional Peneda-Gerês* (Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga). Consultado em 13 de novembro de 2015

disponível em  
<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29093/1/S%C3%B3nia%20Fernanda%20Moreira%20Nogueira.pdf>;

Oliveira, E., & Manso, J. R. (2010). Turismo Sustentável: utopia ou realidade? *Revista de Estudos Politécnicos* vol. VIII nº14 235-253 Instituto Politécnico da Guarda e Universidade da Beira Interior. Consultado em 05 de março de 2015, disponível em [http://www.ipca.pt/cit/docs/sessoes/s5/S5\\_4\\_15.pdf](http://www.ipca.pt/cit/docs/sessoes/s5/S5_4_15.pdf);

Ondimu, K. (2002). Cultural heritage and tourism development among the abagusii community in Western Kenya. In J. Akama, & P. Sterry, (Ed.) *Cultural tourism in Africa: strategies for the new millennium*. Arnhem: ATLAS. Consultado em 03 de dezembro de 2015, disponível em <http://www.atlas-euro.org/pages/pdf/Cultural%20tourism%20in%20Africa%20Deel%201.pdf>;

Padilla, B., & Azevedo, J. (2012). Territórios de diversidade e convivência cultural: considerações teóricas e empíricas. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural*. 43-67. Consultado em 13 de novembro de 2015, disponível em <http://hdl.handle.net/10071/5869>;

Pérez, X. P. (2009). *Turismo cultural: uma visão antropológica*. Espanha: Revista de turismo y Patrimonio Cultural. Asociacion Canaria De Antropologia. Consultado em 06 de outubro de 2014 disponível em <http://issuu.com/pasosonline/docs/www.pasosonline.org/245>;

Pires, L. B. (2004). *Teorias da Cultura* (1ª ed.). Lisboa: Universidade Católica Ed;

Pinho, O., & Sansone, L. (Org.) (2008). *Raça Novas Perspectivas Antropológicas* 2ed. Consultado em 06 de outubro de 2014, disponível em [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8749/1/\\_RAC%CC%A7A\\_2ed\\_RI.pdf\\_.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8749/1/_RAC%CC%A7A_2ed_RI.pdf_.pdf);

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva

Redinha, J. (2009). *Etnias e culturas de Angola* (Edição fac-similada do original de 1974). Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa;

Ribeiro, J., Freitas, M. M., & Mendes, R. (2001). *O Turismo no Espaço Rural: uma digressão pelo tema a pretexto da situação e evolução do fenómeno em Portugal* (Working Paper, Universidade do Minho, Braga). Consultado em 13 de novembro de 2015 disponível em [http://www2.eeg.uminho.pt/economia/nipe/docs/2001/NIPE\\_WP\\_1\\_2001.pdf](http://www2.eeg.uminho.pt/economia/nipe/docs/2001/NIPE_WP_1_2001.pdf);

Richards, G. (2000). Cultural tourism in Africa. In J. Akama & P. Sterry (Ed.) *Cultural tourism in Africa: strategies for the new millennium* 36-40. Consultado em 02 de dezembro de 2015 disponível em <http://www.atlas-euro.org/pages/pdf/Cultural%20tourism%20in%20Africa%20Deel%201.pdf>;

Riviere, C. (1995). *Introdução à Antropologia*. Lisboa: edições 70

Rodrigues, S. S. (2013). *Turismo sustentável em destinos rurais: o papel dos residentes* (Tese de Mestrado, Universidade de Aveiro). Consultado em 03 de dezembro de 2015 disponível em <http://hdl.handle.net/10773/10648>;

Sampaio, S. (2013). Estudar o turismo hoje: para uma revisão crítica dos estudos de turismo. *Etnográfica*. vol. 17 (1), Consultado em 13 de novembro de 2015 disponível em <http://etnografica.revues.org/2615>; DOI: 10.4000/etnografica.2615;

Sarmento, E. (n.d.). *Uma perspectiva socioeconómica sobre a potencialidade do turismo na economia angolana*. Consultado em 03 de dezembro de 2015 de [http://www.ela.uevora.pt/download/ELA\\_turismo\\_desenvolvimento\\_01.pdf](http://www.ela.uevora.pt/download/ELA_turismo_desenvolvimento_01.pdf);

Santos et al. (2010, Junho). Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. *Denthal Press J. Orthod*. Vol.15(3) 121 Consultado em 03 de dezembro de 2015 disponível em <http://www.scielo.br/pdf/dpio/v15n3/15.pdf>;

Silva, I., Veloso, A. L., & Keating, J. B. (n.d.) Focus group: Considerações teóricas e metodológicas. *Revista Lusófona de Educação*. 26, 175-190. Consultado em 03 de dezembro de 2015 disponível em <file:///C:/Users/Abdel/Downloads/4703-15574-1-PB.pdf>;

Silva, K. V. & Silva M. H. (2006). *Dicionário de Conceitos Históricos*. Consultado em 13 de novembro de 2015 disponível em [http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/conceito\\_CULTURA.pdf](http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/conceito_CULTURA.pdf);

Taylor, T. K., & Banda-Thole, C. (2013). *Tourism Development Potential of the Northern Province of Zambia*. Consultado em 03 de dezembro de 2015 disponível em <http://article.sapub.org/pdf/10.5923.s.tourism.201304.02.pdf>;

Valadares, D. (2013). *O Perfil do turista jovem no turismo cultural e rural* (Tese de Mestrado, Universidade de Aveiro). Coinsultado em 06 de outubro de 2014 disponível em <http://biblioteca.versila.com/2768760>;

Vareiro, L. & Ribeiro, J. (2006). *Desarrollo de regiones y eurorregiones. El desafío del Cambio rural*. Consultado em 13 de novembro de 2014 disponível em <http://www.aecr.org/web/congresos/2006/ATVI/ATVI-9.pdf>;

Villar, D. (2004). *Uma abordagem crítica ao conceito de "etnicidade" na obra de Frederik Barth*. Consultado em 03 de novembro de 2015 disponível em <http://www.scielo.br/pdf/mana/v10n1/a06v10n1.pdf>;

## Webgrafia

<http://apostoladoangola.org/missao-do-jau-renasce-na-chibiahuila/> -. Missão do Jau renasce na Chibia, consultado em 12 de Outubro de 2015;

**Apêndice A** - Fenda da Tundavala – Lubango





**Apêndice B** – Serra da Leba



**Apêndice C** – Cristo Rei - Lubango



#### **Apêndice D – Oferta ao Rei da Embala**



#### **Apêndice E – Rapariga Muila**

